



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 8 DE SETEMBRO DE 2025

Ata n.º 46

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e nove de agosto, sendo a Mesa Composta por: ----  
Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----  
Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----  
Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----  
e com a seguinte ordem de trabalhos: -----  
**PONTO UM**: Apreciação e deliberação das atas de 30-06-2025 e 21-07-2025; -----  
**PONTO DOIS**: Tomada de conhecimento dos apoios às Juntas de Freguesia do concelho; -----  
**PONTO TRÊS**: Tomada de conhecimento, nos termos do n.º 4, do artigo 121.º do RJIGT do Plano de Urbanização da Cidade de Albufeira; -----  
**PONTO QUATRO**: Tomada de conhecimento, nos termos do n.º 4, do artigo 121.º do RJIGT do Plano Diretor Municipal de Albufeira; -----  
**PONTO CINCO**: Tomada de conhecimento, nos termos do n.º 4, do artigo 121.º do RJIGT do Plano de Urbanização da Frente de Mar da Cidade de Albufeira; -----  
**PONTO SEIS**: Tomada de conhecimento, nos termos do n.º 4, do artigo 121.º do RJIGT do Plano de Pormenor da praça dos Pescadores; -----  
**PONTO SETE**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura "Equipamento para a Creche "Os Amendoinhas", no âmbito do Aviso n.º 16/C03-i01/2025: Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais, do PRR", pelo valor de 166.050€; -----  
**PONTO OITO**: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do Concurso Público para a "Empreitada de Beneficiação de Ruas, Estradas e Caminhos no concelho de Albufeira 2025-2026", pelo valor base de 660.000€ + IVA; -----  
**PONTO NOVE**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do Concurso Público para a



**"Empreitada de Construção do cemitério de Ferreiras - Fase 1A"**, pelo valor de 1.501.068,07€ + IVA; -----

**PONTO DEZ:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, bem como no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para "o Fornecimento Contínuo de Materiais em Ferro Fundido e Saneamento de água e Saneamento"**, até ao limite de 499.000,00€ + IVA; -----

**PONTO ONZE:** Discussão e deliberação do Requerimento de Interposição de Recurso: **"Retirada indevida de ponto da ordem de trabalhos- proposta da Câmara Municipal relativa à transferência de verbas para as freguesias"**, apresentado pela Deputada Helena Simões; -----

**PONTO DOZE:** Discussão e deliberação do Requerimento de Interposição de Recurso: **"Recurso da decisão de V.exa. que concedeu a palavra, ao abrigo da defesa da honra, a vereador municipal, por factos externos à sessão da Assembleia"**, apresentado pela Deputada Helena Simões; -----

**PRESENCAS:** Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Otelio Guerreiro Cabrita, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Antonieta Helena Bernardino Dias, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Nuno Filipe Ricardo Cabrita, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila-Nova, David Antony Ferreira, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

**Faltas:** Inês Mendonça, Luna Silva, Carlos Mendes e Presidente da junta de Freguesia de Ferreiras. -----

**Substituições:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Otelio Cabrita, Nuno Cabrita e David Ferreira. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e Gabriela Rodrigues Pacheco. -----



Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

Patrícia Cardoso: "Muito boa noite a todos, mais uma vez venho aqui, passados seis anos, sempre com o mesmo assunto e, vou continuar a insistir até que haja respostas ou alguma solução. É sobre as árvores que continuam espalhadas pelo concelho inteiro, principalmente na zona da Quinta da Bela Vista, já estive reunida com o Senhor Presidente, que marcou uma reunião com os senhores arquitetos, Pedro Sequeira e Filipe Pereira. Foi realizada no dia vinte e dois do dez de dois mil e vinte e quatro, nas instalações do Pátio, depois de uma longa conversa acabaram por concordar comigo, que apesar daquela zona ainda não ter sido entregue pelas Construções Lagarça, ao município, mas tem de se intervir e fazer qualquer coisa. Eu dei sugestões, foi pedido para gradualmente aquelas árvores serem retiradas e serem substituídas por espécies que não sejam nocivas à saúde pública, porque é esse o maior problema, além dos outros estragos que acontecem e que provocam. E até hoje, não tive qualquer tipo de resposta de ninguém, porque eles disseram que iam enviar o parecer para a reunião de câmara e depois para a Assembleia a recomendarem, precisamente para que aquela espécie, aquelas arvores fossem retiradas e até hoje, não tenho respostas. Entretanto, em meados de abril deste ano, durante dois meses, tive uma bronquite aguda que acabou por me destabilizar o sistema imunitário completamente, e que acabou por afetar a parte hepática, já não há medicação que me faça efeito, sou obrigada neste momento, a tomar uma vacina todos os meses, em que só para seis meses são quinhentos euros, que não são comparticipados, nem pelo SNS nem por seguro algum, ou seja, eu é que acabo por ficar prejudicada em todos os níveis e peço que haja respostas de uma vez por todas e que haja ação, não só por mim, mas por todas as pessoas que ali habitam, porque agora começa a haver humidade e, vai começar a chover, já começaram a crescer aquelas flores e, já começa a haver aquele pólen, aquela resina a ser libertada. Outro assunto, entretanto, também derivado dessa questão das árvores, em junho de dois mil e vinte e quatro foi enviada uma reclamação junto com uma fatura dos danos que tive precisamente por causa dessa resina, que fez queimar o motor das escovas do limpa para-brisas, que foi uma quantia bastante elevada, entretanto, só ao fim de catorze meses é que obtive resposta, já



recebi a carta com a decisão. Agora pergunto, quanto tempo é que vão levar a reembolsar a fatura que foi recomendada me pagarem? Outra questão, os passeios, já várias vezes, pedi a intervenção no passeio que está na Quinta da Bela Vista, entre o lote A oito e o A sete, aquele passeio cada vez está pior, já existem buracos, houve várias pessoas a cair, há ali um buraco junto a uma caixa que já está um monte de lixo lá para baixo, uma criança que passa ali e fique com o pé ali preso vai ser muito complicado e não vejo qualquer tipo de respostas nem ações. Outro assunto são as sargetas, que cada vez estão mais sujas, algumas delas já nem se conseguem identificar o que é uma sarjeta, porque é lixo até acima, quando vem a chuva são inundações, que depois acabam por afetar prédios que ali têm caves e, são inundações para essas caves, e ao mesmo tempo são os bichos, baratas e ratos que depois começam a invadir os prédios, por isso, a única coisa que peço são respostas, muito obrigada." -----

Margarida Oliveira: "Muito boa tarde, estou aqui perante vós, na qualidade de mãe, encarregada de educação, representante de pais e presidente da comissão instaladora da Associação de Pais da Escola Básica um e Jardim de Infância de Vale Pedras. Permitam-me começar esta intervenção com uma constatação muito simples, a escola básica um e jardim de infância de Vale Pedras, acolhe diariamente cerca de quatrocentas crianças do nosso concelho, é um espaço de futuro, de educação e de comunidade e com tudo aquilo que deveria ser um motivo de orgulho, é hoje para mim e, para todos os encarregados de educação, um motivo de profunda preocupação. Desde o mês de junho, pelo menos, que em nome da associação e, mais uma vez, enquanto mãe, encarregada de educação, representante dos pais e presidente da comissão Instaladora, e agora já Associação de Pais devidamente constituída, tenho dirigido sucessivas comunicações ao excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de Albufeira, à excelentíssima senhora vereadora da educação, comunicações essas que, infelizmente, foram ignoradas, nem sequer um reconhecimento da sua receção ao longo de pelo menos três meses. Não estamos a falar de questões menores, estamos a falar de uma central de incêndios, que está inoperacional. Uma campanha que só funciona manualmente, paredes e rodapés, pavimentos degradados que pela humidade, cogumelos que nascem nos rodapés, estores partidos ou inexistentes, falta de mesas e cadeiras, mesas e cadeiras para acolher as quatrocentas crianças daquela escola. Tudo pode ser comprovado presencialmente por vossas excelências, indo ao local e pelo



registo fotográfico (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) que tenho feito ao longo dos vários meses em que tenho pedido a intervenção desta edilidade. As preocupações também não são de junho, em junho foi quando tomei a iniciativa de tomar este assunto como meu e tentar lutar pela melhoria da escola. O assunto tem sido reportado pela coordenação da escola a miude, e estes problemas têm sido reportados a miudes, alguns já há vários anos. Acresce ainda que as próprias condições dos espaços exteriores são indignas, as crianças não têm um espaço adequado para brincar, carecem de sombra no verão e ficam expostas à chuva no inverno. Não existe um espaço para a prática das atividades físicas, incluindo as aulas de educação física e as AECs. Não existe uma sala para a disciplina obrigatória e sujeita a avaliação de língua portuguesa não materna. Não existe um espaço para a realização das consultas de psicologia e o refeitório é manifestamente insuficiente para acolher todos os alunos em condições dignas. Para que vossas excelências saibam, a comida começa a ser servida às dez e meia da manhã, para que seja colocada nas mesas e esteja nas mesas quando as crianças vão almoçar à uma da tarde, isto porque simplesmente se foi roubando espaço, aumentando das salas e não existe espaço para uma simples criança de cinco a nove anos percorrer o refeitório com o seu tabuleiro. Isto é inacreditável, é inaceitável, no polivalente previsto para a escola, nasceu a sala treze e agora paredes meias com a sala treze nascem e crescem blocos de cimento, crescem paredes, serão a sala catorze, salas necessárias é verdade, para acolher as crianças que são muito bem-vindas, mas se nunca pensaram vossas excelências, que estas crianças precisam de espaço para brincar, de espaço para correr, de espaço para se divertirem e precisam também de uma sala para português, língua não materna, precisam de uma sala para psicologia, precisam de se sentir bem. Esta realidade compromete o bem-estar, a saúde e o desenvolvimento físico e social das nossas crianças. Apenas na primeira semana de setembro, após várias insistências, começaram tardiamente as intervenções na escola, nomeadamente a colocação do chão no pré-escolar e a construção desta nova sala, uma sala que deveria estar pronta para receber as crianças a quinze de setembro. Percebo que existem muitas intervenções, percebo que me cinjam cinco minutos, estou a ser ignorada por esta edilidade há vários meses, peço agora mais uma compreensão de vossa excelência. Temos neste momento, obras em cima do joelho apressadas, mal planeadas e descoordenadas. Senhor Presidente, Senhores e Senhoras deputados, o silêncio e a omissão da Câmara não podem ser também o silêncio e a omissão desta



Assembleia. A Assembleia Municipal existe para fiscalizar a ação do executivo e para dar voz aos cidadãos é, por isso, da mais elementar justiça democrática que esta assembleia acompanhe, exija e fiscalize a resolução urgente destes problemas. Não podemos aceitar que às portas de um novo ano letivo centenas de crianças continuem a estudar em condições indignas, insalubres e inseguras. Em nome da associação de pais reitero que continue disponível para continuar a colaborar com esta edilidade, mas deixo um apelo firme a Vossas Excelências, que esta assembleia no exercício das suas funções exija ao executivo municipal um plano concreto, calendarizado e transparente da intervenção na escola básica um e Jardim de Infância de Vale Pedras. As nossas crianças não podem esperar mais e esta assembleia não pode fechar os olhos." -----

Sara Lopes: "Boa noite a todos, a minha intervenção aqui surge também no mesmo seguimento da intervenção da Margarida, a intervenção anterior e desculpem desde já, o informalismo da minha intervenção, mas realmente não seria necessária se, tal como a Margarida falou, não tivéssemos a ser ignorados durante estes meses todos. É mais que ignorados estes meses todos, a Câmara deixasse os edifícios, neste caso o edifício escolar com tantas crianças no estado em que se encontra. Efetivamente, penso que, como pais que sou de duas crianças da escola de Vale Pedras, queremos o melhor para os nossos filhos, mas, neste momento, nem estamos a pedir o melhor para os nossos filhos. Estamos a pedir o mínimo de condições, o mínimo de condições que não são cogumelos em salas, não são falta de material e que, em vez de estarem duas crianças por secretária, terminamos o ano letivo em que uma secretária de duas crianças estava a ser partilhada por três, portanto, eu até terei todo o gosto em passar aqui o registo fotográfico, tenho acompanhado de perto, inclusive, a semana passada e esta semana ainda hoje tive oportunidade de passar novamente pela escola para ver a situação que lá decorre e as intervenções que são feitas e até mesmo nas intervenções pela má calendarização e por tudo o que tem ocorrido até nisso temos um problema, porque começámos a escola dia quinze, as apresentações são antes para os primeiros anos, portanto, uma turma de primeiro ano inicia sem sala, portanto, os alunos de língua não materna iniciam sem sala e sem solução aparente e, portanto, temos ainda um outro problema registado em fotografia, que é as condições do já reduzido parque escolar que as crianças têm, que estar ocupado por cimento, tijolos, bastante ocupado por camiões, por pessoas externas de obras, portanto, gostaríamos de soluções, de intervenção, de condições mínimas à saúde dos nossos filhos e segurança, porque



quando estamos a falar de uma central de incêndios que está inoperacional há mais de um ano e que conforme nos foi reportado por quem assume a responsabilidade da escola, vem sendo reportado pelos meios que criaram, mais burocráticos ou menos burocráticos nas intervenções que são necessárias efetuar na escola e falamos de tomadas de eletricidade descarnadas, falámos de chão em que alunos do pré-escolar, portanto, alunos de idades entre os três e os cinco anos andaram durante Abril, Maio a pisar chão coberto por cartões, porque o chão levantou todo e não arranjam solução, senão cartões colados com fita-cola, um chão que é usado todos os dias, armários completamente cheios de humidades que não são possíveis guardar os materiais e humidades que em termos de saúde, digamos que são bastante complicados, cogumelos, rodapés, tomadas sem proteções, portanto, eu terei todo o gosto em quem quiser consultar. Entretanto, não sei se tem alguma intervenção rápida, portanto, por exemplo, para a central de incêndios, mas a solução à data foi, para não tocar e não incomodar, portanto, desligá-la e foi a situação até à data. Portanto, terei todo o gosto em passar toda a reportagem fotográfica que fiz e poderão visualizar ainda melhor as várias situações no local e, portanto, é com muita pena que vejo obrigada a vir intervir, mas realmente até agora temos vindo a ser ignorados consecutivamente e chegou a hora de tentar de outras formas." -----

Ana Sofia Marcelinho: Boa tarde, com as notícias que têm vindo a público sobre o aumento do valor das propinas, não posso deixar de revisitar a intervenção que fiz nesta mesma assembleia, no passado dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e dois. Nessa altura, dirigi-me a todos vós, coloquei em cima da mesa o tema das bolsas de estudo atribuídas pelo município, cujo período de candidaturas então se estava a iniciar. Na altura realcei que estas bolsas contemplavam estudantes dos ctesp, das licenciaturas, mestrados, mas questionei por que motivo os doutoramentos não estavam abrangidos. A resposta que recebi foi que seria um caso a pensar, pois bem, passados quase três anos, volto a esta assembleia para perguntar em que ponto está esta reflexão. Outro tema, no passado dia catorze de Agosto de dois mil e vinte e cinco solicitei via email intervenção do município no Beco Vitorino Nemésio, devido a uma situação que colocava em risco a segurança pública. Refiro-me a uma caixa de saneamento que se encontrava sem tampa e improvisadamente coberta com uma palete. Como referi na altura, esta situação representava um perigo iminente de queda para pessoas e animais, exigindo uma resposta rápida. Felizmente, recebi posteriormente



um ofício datado de dois de setembro, no qual informava que os serviços municipais tinham intervindo e a situação já se encontrava ultrapassada. Confirmando quanto à tampa, a situação foi de facto resolvida, desde já deixo aqui o meu agradecimento, contudo, importa sublinhar que o problema não ficou inteiramente resolvido, no local verifica-se uma acumulação de resíduos, entulho incluindo sacos de lixo, objetos dispersos, bem como mato e ervas secas, o que representa não apenas uma questão de salubridade e degradação do espaço público, mas também um risco real de incêndio e proliferação de pragas. Perante isto, a minha questão é simples, considera o município que este assunto já está concluído ou haverá lugar a uma nova intervenção, que trate de forma definitiva a limpeza do espaço e do corte da vegetação, garantindo a segurança, a salubridade, e dignidade daquele arruamento. É fundamental que quando se intervém a resposta seja completa, evitando problemas apenas parcialmente resolvidos, que persistam e voltem a colocar em causa o bem-estar da população. " -----

José Balbino: "Boa tarde a todos, sou alentejano que resido nesta cidade há mais de quarenta anos, cheguei há cinquenta e cinco anos a esta cidade e, resido naquela que é uma das artérias mais poluídas, quer ambiental quer a nível sonoro, na Avenida dos Descobrimientos, próximo da famosa Rua da Oura. Presenciei coisas do "arco-da-velha", desde a varanda da minha casa, coisas que não são compatíveis com a minha maneira de ser e de estar, desde a dificuldade que os veículos de emergência enfrentam no dia a dia ali quando o semáforo fecha, ambulâncias ou a própria GNR a apitar, apitar, e os condutores impávidos e serenos sem se mexerem. Para mais, com a nova alteração que foi feita ali, foi quase como uma inauguração, aquele desvio que foi feito na avenida, com aqueles pines, veio dificultar e complicar ainda mais o tráfego, inclusive viaturas que querem ir para a oura, o trânsito é muito mais dificultado, já não basta os dois sinais que estão ali a dificultar isso, as viaturas estão paradas, apitam, apitam, ninguém se desvia, ninguém facilita nada. Há dois ou três dias, presenciei uma ambulância da Cruz Vermelha que quis ir para a Oura, chegou ao pé das cancelas que lá estão, as baías, a pessoa que lá estava impávida e serena sentada à espera, não sei do quê, até que se levantou e foi tirar as baías, tentaram resolver um problema, encravaram de certa forma, há necessidade de se tentar arranjar uma solução mais prática e viável, de forma a facilitar a circulação das viaturas de emergência, que é muito, muito preocupante. Quando chama uma ambulância e ela não aparece, quando se chama os bombeiros e eles não aparecem críticas e mais críticas e mais críticas, mas arranjar



soluções, os próprios condutores facilitarem a circulação dessas viaturas é muito complicado. A limpeza urbana, eu não consigo entender o que é que se passa com a limpeza que é feita na Rua daoura que, todos os dias sensivelmente às cinco, cinco e meia da manhã, agora no período do verão a máquina começa a fazer limpeza impreterivelmente em frente à Caixa Geral de Depósitos. Arrancam dali, duas sopradoras a fazer barulho, fazendo com que eu e a minha esposa acordemos de manhã com o ruído, não bastando já o ruído que é feito pelos transeuntes com vêm da Rua daoura, vêm dos copos, das festas, gritando e tudo mais, além dos carros a apitar, os TVDE's que param em todo o sítio, não deixam circular as viaturas e depois apitam, apitam, apitam que nós queremos descansar e não conseguimos. Há que ter atenção, para além do ruído que vem dos bares, isso então é uma coisa horrível. Eu já tenho ligado várias vezes para a GNR, ainda a semana passada liguei, a agente que me atendeu, estive-lhe a explicar que é que se passava e, parece que, a partir das dez, onze horas, há um aumento desse ruído dos bares, deveria ser proibido as colunas voltadas para o exterior, reduzindo assim o impacto do som dos bares. A resposta que a agente me deu foi: se eles têm licença não podemos fazer nada, pelo amor de Deus! Acho que há alguma coisa aqui que está errada, e não sou eu de certeza, porque alguém está a ganhar muito dinheiro à conta disso, então vou criar uma associação também, ou uma instituição, para que possa também eu ganhar dinheiro, porque antes havia só uma entidade, a sociedade portuguesa de autores, já foi criada uma outra e, se calhar mais cedo ou mais tarde vai aparecer mais uma, porque dá dinheiro, independentemente de quem tenta descansar durante a noite, porque trabalha durante o dia e, eu como me levanto normalmente às cinco e seis da manhã para ir trabalhar, preciso descansar, a minha esposa também precisa descansar. Todos nós temos necessidade de descansar. Qualidade de vida não é o que se está a viver hoje em Albufeira." -----

Isabel Pinheiro: "Boa noite a todos, estou aqui na qualidade de munícipe residente e a trabalhar no concelho há mais de vinte e cinco anos contínuos. Hoje, mais uma vez pergunto ao senhor Presidente, para quando fica a reposição da legalidade da obra, loja DS, que foi feita ilegalmente, conforme reconhecimento do despacho assinado pelo próprio Senhor Presidente, que reconhece que esta obra está ilegal desde dois mil e dezanove, sendo que a mesma foi reestruturada a dois de outubro de dois mil e vinte e três. Eu entreguei em mãos, ao Senhor Presidente na anterior Assembleia Municipal, que ocorreu nos Olhos de Água, nessa data falou em prazos, pergunto será que seis



anos que os serviços da Câmara reconhecem irregularidade, não são suficientes? Em causa está a segurança, a legalidade, a salubridade dos afetados. Devo acrescentar que este ano, não sei porquê, faço minhas as palavras do senhor Balbino, além do barulho, além dos transeuntes, eram também as baratas, ao longo do mês de julho e do mês de agosto, não sei que desinfeção é que fazem porque ficam baratas mortas, e as gaiotas a comê-las. Este ano foram os novos visitantes a passar férias em plena Avenida dos Descobrimientos, próximo da Oura. E houve, pelo menos duas semanas que os bares tiveram mais silenciosos, falo dos bares junto à passadeira grande, é precisamente a partir das onze e meia até às três e meia, quatro da manhã que o som aumenta, até as paredes estremecem. Não era para falar no assunto, mas já que estamos a falar sobre salubridade, também vou acrescentar que, supostamente em conformidade com informação do condomínio, foi licenciado a pizzaria, Pizzas D´Ouro, no mesmo prédio da rádio Solar, onde se encontra esta obra, do qual não sei como é que pode uma pizzaria, com forno a lenha, ser autorizada da forma em que está. Quem passa na rua pode ver as paredes já com fumo, temos uns tubos que parecem de PVC, na direção das janelas do prédio, questiono se o valor do pagamento dos licenciamentos, vão pagar a pintura reforçada que é necessária, quanto à sujidade dos fumos, a tinta tem de ser especial, ou serão mais uma vez os condóminos prejudicados? Agora pergunto, verificada a demora, a falta de agilidade, que tipo de confiança podemos ter num futuro próximo? Será que vou ter o privilégio da reposição da legalidade antes do termo do seu mandato? Tenho aqui umas informações que são a título informativo, Regional e Nacional, isto para todos os pais e encarregados de educação e até para alunos para os alunos. Os alunos que frequentam o décimo, décimo primeiro e décimo segundo ano, que tenham catorze ou mais de catorze valores de média e que usufruam do primeiro escalão de abono, devem se dirigir na escola que frequentam e pedir a bolsa de mérito. As candidaturas estão a decorrer até no final do mês de setembro, para mais informações vão ao google, pesquisem sobre bolsas de mérito é muito simples, é fácil, é só a declaração da segurança social com os escalões e o nib da conta bancária e candidatem-se porque esta bolsa vem os valores, para muitos pode ser muito, para outros pode ser pouco, para quem precisa todas as ajudas e para os nossos alunos pode ser um bom incentivo. Candidatem-se, no meu caso para o meu filho foi um excelente incentivo para ele continuar a estudar na universidade. Quanto à situação de bolsas, tenho um grande agradecimento a fazer à Fundação Rotária Portuguesa pelo



excelente e grande apoio, conforme a consideração de cada, mas para mim é muito grande e especial, inclusive ao clube rotary de Albufeira e em nome do excelente Senhor Presidente Jorge, que ainda não conheço pessoalmente, mas que muito tem feito por muitos estudantes e por algumas entidades. O Dr. Jorge demonstra que acima de tudo trabalha com o coração, bem-haja, um gesto, um apoio faz toda a diferença. Também devo agradecer à Câmara Municipal pelas bolsas, os prazos estão a decorrer e chamar a atenção independente das burocracias e da documentação que é necessária concorram porque na vida de qualquer estudante faz muita diferença, aí um grande agradecimento pelo alargamento do número que este ano serão ajudados os nossos alunos com mérito, muito obrigada." -----

Daniel Frango: "Boa noite, todos reconhecemos a profunda carência habitacional que afetava Albufeira, famílias e jovens não conseguem encontrar casas a preços acessíveis e isso está a afastar residentes do concelho. Mas o problema vai mais longe, falta médicos, enfermeiros, professores, GNR e muitos outros profissionais que não aceitam ocupar vagas abertas no nosso concelho, porque não encontram habitação compatível com os seus rendimentos. O decreto-lei cento e dezassete do ano passado, que permite a reclassificação de solos rústicos para urbanos, abre uma oportunidade concreta para responder a esta necessidade urgente. Essa oportunidade já começou a ser reconhecida, pois aqui esta própria Assembleia Municipal, aprovou em janeiro a reclassificação de um terreno nesse âmbito. Importa sublinhar que até ao presente dia de hoje essa única requalificação realizada ao abrigo do procedimento simplificado foi aplicado ao terreno camarário utilizado em Cotovio, na freguesia de Ferreiras, para a construção de quarenta fogos habitacionais. Essa medida, embora muito positiva revela que o potencial do novo regime está a ser subaproveitado, limitando-se a uma iniciativa pontual e sem impacto estrutural na crise habitacional que enfrentamos. É precisamente por isso que essa oportunidade só será eficaz se for usada com seriedade, com regras claras e com total transparência. Por isso coloco as seguintes questões à Câmara Municipal: tendo a Assembleia Municipal já aprovado a reclassificação de um terreno rústico, demonstrando abertura a medidas semelhantes, por que razão a Câmara ainda não avançou com mais ações concretas para aplicar esse mesmo regime a outros terrenos, sejam eles camarários, públicos ou privados? E dar resposta à crise habitacional que se agrava de dia para dia e, pressupondo que a câmara tem, de facto, a intenção de reclassificar mais terrenos, coloco as seguintes



questões adicionais: quais os critérios objetivos que serão definidos para escolher os terrenos a requalificar, garantindo a justiça e equidade evitando favorecimentos. Como será assegurado o cumprimento dos setenta por cento de área destinada a habitação acessível e a preços moderados conforme previsto na legislação? Está a Câmara a preparar os necessários estudos urbanísticos e as infraestruturas para garantir que essas novas áreas terão acessos, saneamento, transportes e equipamentos públicos adequados? Compromete-se a Câmara a tornar públicos todos os processos, mapas e pareceres para que a população possa acompanhar a confiar nesse processo? Vai a Câmara informar diretamente os proprietários dos terrenos em análise para conhecer a sua intenção de participar na construção nesses moldes? E em caso negativo, que medidas pretende adotar? Albufeira precisa de casas, sem habitação não haverá mais médicos, não haverá mais professores, não haverá mais guardas, ou seja, não temos futuro. Temos uma lei, temos uma necessidade, só falta uma coisa, vontade política." --

Roberto Leandro: "Muito boa noite a todos, estou aqui na qualidade de representante, fundador e ex-presidente de JuvAlbuhera, a única associação juvenil do concelho de Albufeira, pelo menos até à data de hoje. Venho aqui, porque muito recentemente, os nossos órgãos sociais, tenho aqui também um fundador, Filipe Rossa, que foi também fundador desta associação e, nós cessamos muito recentemente as nossas funções. A JuvAlbuhera, à qual carinhosamente chamam "JA" esteve quase a terminar, mas é com muito orgulho e, também com algum alívio que vos transmito que há uma nova direção, novos órgãos sociais, liderados por jovens do nosso concelho, que são referências não só na escola, mas no desporto e, sobretudo, no voluntariado e na paixão por Albufeira. Espero que estes jovens que são liderados pelo João Xabregas, façam um trabalho tão digno, tão isento e tão vocacionado como o nosso. Terminado o meu ciclo, venho aqui nada mais nada menos, do que passar essa informação, tal como vim cá, pouco tempo depois do vinte e quatro de outubro de dois mil e dezoito, que foi quando fundámos a associação, viemos cá dizer que estávamos aqui ao dispor de toda a comunidade, hoje venho cá dizer que deixo de ser presidente da JuvAlbuhera, mas continuo, como sempre, um munícipe ao dispor de todos. A JuvAlbuhera é uma associação sem ligações partidárias, sem clubismos, sem crenças, mas com a crença profunda no potencial desta cidade e com um amor genuíno por esta cidade, por aquilo que ela foi, por aquilo que ela é e, por aquilo que ela pode ser e, se os jovens não tiverem essa paixão, será muito difícil acreditarmos num futuro para a nossa cidade. Somos uma associação que



tenho orgulho dizer, quase com oito anos volvidos, passamos por uma pandemia que afetou muito o nosso serviço, como afetou o serviço de todos no concelho, sobretudo associações e clubes, mas conseguimos, sendo que caminhamos de cabeça erguida e posso hoje dizer orgulhosamente que não devemos nada a ninguém, nem às finanças, nem à segurança social, nem ao município, nem ninguém. Se alguém tiver alguma informação em contrário, pode dirigir-se a mim. Mas devo um grande agradecimento, e é isso que venho aqui hoje fazer. Agradeço do fundo do coração e sem qualquer tipo de segundas intenções, a todas as pessoas, muitas delas anónimas que nos ajudaram, que acreditaram em nós e que participar nas nossas atividades, sobretudo aos pais de muitas crianças e jovens que sendo menores confiaram naquilo que estávamos a fazer e muitas vezes eram coisas para dez pessoas, outras foram para mil e trezentas ou mil e quatrocentas pessoas, isso também muitas vezes só foi possível, porque houve quem acreditasse em nós deste lado e, por isso, agradeço do fundo do coração ao Senhor Presidente, na qualidade também, vereador da cultura, que muitas vezes foi quem deu aval às nossas iniciativas e esteve presente nas nossas iniciativas, assim como aconteceu com a doutora Cláudia Guedelha, vereadora da Educação, que muitas vezes foi quem permitiu que essas iniciativas fossem mais além. Iniciativas, se calhar pouco visíveis, pouco impactantes, não sabemos, algumas certamente tiveram impacto, porque ainda hoje não só há jovens a reconhecer este trabalho, como houve jovens a chegarem-se à frente e a querer participar, o próprio Presidente da Assembleia Municipal esteve nesta sala, a assistir a um debate e, penso que, presenciou essa importância do trabalho que se fazia. Lamentavelmente, e há muita gente a quem poderia agradecer, não querendo ser injusto, queria deixar aqui o meu mais sincero agradecimento também à GNR deste concelho, à CPCJ e a duas juntas de freguesia, uma está cá representada hoje, a outra não, Junta da Guia e Junta das Ferreiras, que foram das quatro, as juntas que mais nos apoiaram, que mais acreditaram em nós e que nos cederam espaços e condições, muitas vezes sem saberem muito bem ao certo ao que vínhamos. Espero que não se tenham arrependido disso e muito obrigado pela vossa confiança. Infelizmente, a JuvAlbuhera passados quase oito anos, chega aqui sem poder agradecer à pessoa a quem mais deveria agradecer, que é o vereador do Desporto e Juventude, infelizmente, todos os pedidos que fizemos nunca puderam contar com ele e chegamos a este fim de ciclo sem ter tido o seu reconhecimento, tendo sido várias vezes perturbados no nosso funcionamento pela sua má vontade ou



falta de vontade e, vendo situações que ainda hoje não conseguimos compreender, nem eu, nem os meus colegas dos órgãos sociais, nem muitos dos jovens que estão nesta cidade, quando falo de jovens, estou a falar de jovens dos dezoito até aos trinta e cinco anos, não conseguimos compreender como é que um gabinete da juventude continua, vai fazer dez anos, que está num contentor em frente mercado municipal. Não conseguimos compreender como é que depois de tanto alarido por causa de um Conselho Municipal da Juventude não houve até hoje uma única reunião. E, mesmo sem o Conselho Municipal da Juventude, porque muita coisa se faz mesmo sem instituições. Não conseguimos perceber porque é que em nenhum momento de tantas iniciativas que se tem feito alegadamente em prol da juventude, em nenhum momento a única associação juvenil do concelho foi tida em conta. E fazem-se coisas, como, depois de nós termos um concurso artístico lançado, com o apoio da Câmara durante vários anos, o senhor vereador não apoia o nosso concurso, mas depois lança outro concurso através do gabinete da juventude. Meus senhores, reforço a minha gratidão, mas o meu pedido é que, no novo ciclo que se aproxima, seja quem for o executivo, por favor, por amor de Deus, oiçam mais os jovens, trabalhem mais com os jovens, não trabalhem para os jovens, trabalha-se com os jovens. Muito obrigado.” -----

Ana Isabel Lisboa: “Boa noite a todos, trago aqui alguns assuntos muito rápidos, o primeiro tem a ver com as pontes que ligam Paderne ao norte, gosto muito de viver neste concelho. Há volta de seis meses atrás, as pontes foram cortadas com algum alarido e a população tirava as baías, depois punha as baías, depois não se podia passar porque era mesmo proibido, e eu sinceramente que durmo muitas vezes para aqueles lados e comecei a ignorar que era para passar pela ponte, porque a junta de freguesia não queria que se passasse pela ponte. E hoje antes de vir aqui, tinha de me certificar o que é que se estava a passar lá. Então, as baías continuam a mostrar que supostamente não se deverá passar, porque as baías continuam perto da Rua dos Barreiros, estão assim lateral e, as baías das pontes já não estão nas pontes, já se passa nas pontes, então a pergunta é: porque é que se cortou aquele acesso a Paderne? Se se cortou, agora já se pode passar, então em que plano é que as coisas estão em relação à passagem? Vinha cá por acaso só perguntar quando é que se iria poder passar, mas quando vi que hoje já dava para passar, pensei tenho à mesma que falar sobre o assunto, porque se havia insegurança, não sei qual seria a razão há seis meses, agora as baías já estão de lado, já se passa. O segundo assunto tem a ver com os



burros, que quando vim para cá, e vim atrás de um sonho, tive o grande privilégio de poder viver três anos com o meu avô em Paderne, que fez cento e cinco anos com muita saúde e com muito amor por Paderne, e conseguiu passar-nos esse amor que ele tinha. Eu quis ter burros, na altura comprei burros, estão inscritos na agricultura, há um lugar em Messines, chamei e eles vieram ver os burros, estão todos inscritos, depois vim tentar um subsídio que parece que a nível nacional existe para quem tem animais em vias de extinção. Na altura o que me disseram é quem em Paderne não havia esse subsídio, portanto, como já passaram dez anos, queria saber se houve alguma alteração a essa decisão, de não haver subsídio e, se existe subsídio se, por acaso poderá ser contemplado e com retroativos, isso seria maravilhoso. O terceiro assunto, perguntar se no município existe alguma plataforma de imigração, em que nós possamos conhecer quais são as famílias que precisam de ser acarinhadas. A quarta coisa tem a ver com a minha vinda para cá, eu já disse ao Presidente da Junta de Ferreiras, que Ferreiras e todo o município teve muito a ganhar na parte estética, daí eu ter dito que o quarto assunto tinha a ver com a estética geral do município. A estética de Ferreiras ganhou muito com aquela retirada do avançado do Café Lisboa, sente-se a arquitetura do lugar, daquelas quatro estradas que foram tão importantes para o Algarve, era a chegada aqui, então isso também dou os parabéns e espero que não voltem a pôr aquele avançado naquele café Lisboa, tiraram e que seja para sempre. Depois, uma negativa, que foi, quando já estava a vir para cá, no Vale Paraíso, aquelas bandeiras todas do lado direito, quando se passa aquele grande centro de materiais de construção, logo a seguir há umas vinte bandeiras do mundo inteiro, estão todas as rotas, aquilo é muito triste, mas pronto, há assuntos muito mais importantes que foram trazidos aqui, mas acho que o concelho ganha também quando nós olhamos e as bandeiras se é para estarem lá, mas rotas?" -----

Presidente da Câmara: "Boa noite, vou responder de uma forma genérica a várias questões, obrigado pelas questões colocadas, são questões pertinentes, porque nem tudo se sabe dentro dos gabinetes e muitas vezes não vamos pelos vários sítios todos, simultaneamente e, não se consegue detetar algumas mazelas que possam haver, quer nos equipamentos, quer na via pública, no espaço público, por isso é sempre bom ouvir as pessoas, e eu recebo pessoas desde as sete da manhã, e aqui também as gosto de ouvir, tal e qual como no supermercado ou em qualquer lado. Para responder à dona Patricia Cardoso, relativamente às árvores que estão na Quinta da Bela Vista, como



sabe e continua a acontecer, a Quinta da Bela Vista ainda não tem as infraestruturas pela recebidas para a Câmara, ainda é da responsabilidade do promotor. Nós temos um planeamento, há uns anos a câmara cortou algumas, os passeios estão todos levantados por via daquelas árvores que estão lá, que são árvores muito mal colocadas, que não deviam estar no passeio, não só pelo facto de deixarem cair a resina e os ramos, elas podam-se a elas próprias, vão caindo e por isso a rua está sempre cheia daqueles ramos. Depois tem o problema das raízes que levantam os passeios, os passeios já são pequenos e com as árvores lá colocadas ainda pior fica. É uma situação que está detetada, identificada, por acaso na próxima semana vou ter uma reunião com o administrador desta organização, a anterior Construções Lagarça, agora é outra entidade, vou falar com eles sobre isto a ver a que conclusão se chega. Realmente é de todo o interesse e até urgência tentar chegar a bom porto, com a possibilidade de a Câmara receber as infraestruturas para evitar este tipo de problemas. As sarjetas que estão cheias, normalmente no fim do verão acontece muitas vezes isso, está aqui o senhor diretor de departamento dessa área, com certeza que vamos começar agora nesta altura, em algumas zonas a desentupir sarjetas, por causa das águas eu possam surgir agora na época de outono e inverno, esperando que isso aconteça, porque se não chover continua a ser muito mau. Deixava para o fim as questões relacionadas com a escola EB1, JI Vale Pedras, bem como as bolsas de estudo, depois pedia a palavra da senhora Vereadora que tem estes pelouros. O senhor José Balbino sobre a questão da poluição ambiental e sonora na Avenida dos Descobrimentos, é uma opinião legítima, em relação aos pinos, foram colocados lá precisamente em conjugação com a Guarda Nacional Republicana, para regular as paragens naquela zona a partir de determinada hora, de certa qualidade de viaturas e, que tem dado bom efeito para esse fim. Poderá não servir para outros fins, e pode até prejudicar, de alguma forma, alguma mobilidade que possa acontecer, mas regula o estacionamento de viaturas com determinadas características, que sabe bem quais são. Relativamente à questão da limpeza urbana começar de manhã, o senhor disse que se levantava às cinco e meia, seis horas e disse que o ruído era às cinco e meia, seis horas, então se já está levantado não há grande problema. Uma coisa é certa, tem de ser limpo, tem de ser lavado, a limpeza e depois lavagem daquela avenida, deverá estar pronta por volta das nove horas, que é quando começam as pessoas a circular mais na rua. Isso é uma questão que se tem de resolver e ultrapassar, no sentido de minimizar um pouco o incomodo das pessoas. A dona



Isabel Pinheiro, sobre a loja, penso que está em andamento a questão da contraordenação. A desbaratização o senhor Engenheiro já registou isso, este ano talvez pelo calor intenso, houve necessidade de desbaratizar alguns sítios da cidade. Relativamente à legalidade do licenciamento da pizzaria no prédio da Rádio Solar, acredito que esteja licenciada, no entanto irei informar os serviços para verificar isso, penso que aí não há dúvidas porque os serviços são muito cautelosos nesse aspeto. Se houve um projeto que deu entrada na Câmara com certeza que foi devidamente apreciado e foi devidamente tratado. Não tenho dúvidas sobre a qualidade e profissionalismo dos nossos funcionários. Relativamente ao senhor Daniel Frango, sobre as questões da habitação, é uma verdade, não apenas no concelho de Albufeira, atrevo-me a dizer até no país, nos grandes centros urbanos e litoral, obviamente, na parte interior não é bem assim, é completamente diferente. Falta habitações para os guardas, falta habitações para os professores, para os médicos, enfim, para a indústria hoteleira também e, para os residentes, que é preciso não esquecer que, também vai faltando habitações para os residentes. Sobre a questão dos terrenos, informo uma vez mais, já disse isso várias vezes, ao longo de sete, oito anos fui adquirindo, conforme aparecia terrenos à venda vários terrenos rústicos, espalhados nas quatro freguesias do concelho, que tem por objetivo, precisamente, no futuro, isto é uma questão de planeamento, no futuro com a revisão do PDM, aproveitar essa fase para possibilitar a construção de variadíssimas habitações. Porque a Câmara de Albufeira não tem neste momento, nenhum terreno que se possa construir, só três pequenos terrenos, um nas Fontainhas, que está o projeto já aprovado de sessenta e oito habitações, só falta lançar o concurso após o financiamento através do empréstimo do Banco Europeu de Investimento, BEI, temos um outro com vinte e nove habitações junto ao mercado dos Calços, e temos outro na Avenida do Ténis com vinte e sete, vinte e oito habitações. Tudo com projetos terminados para avançar. São cerca de cem habitações, e preciso que haja financiamento, porque se precisarmos de trezentas casas, duzentas casas, cem casas, de certeza absoluta não podem ser as câmaras municipais a abarcar com os custos da construção de habitação, tem de ser por outros modelos, a questão das cooperativas, os custos controlados e, tem de haver uma forma diferente de fazer construção sem que haja aumento de necessidade de ser as câmaras a construir. Os fundos europeus estão a terminar, estão a deixar de ter impacto, se não sabem é bom que se saiba, o PRR praticamente já não existe, é



preciso ver que o Algarve foi de há uns anos para cá considerado das zonas do país, a zona rica, por causa de atingir um determinado índice per capita, e saiu do objetivo um, e estava de saída para o objetivo dois, e é preciso, há contradições, enquanto alguém que esteja do outro lado do rio Guadiana, na Andaluzia, que queira fazer um determinado empreendimento e, alguém que está deste lado, no concelho de Alcoutim, no concelho de Alcoutim não pode, porque está num objetivo diferente, as regras são diferentes, são muito mais exigentes, enquanto no outro pode porque é uma zona teoricamente mais pobre. Porque esse insere-se numa zona Andaluzia e, este insere-se numa zona que é o Algarve, isto dá para ver que o Algarve e a zona de Lisboa e Vale do Tejo, são as duas únicas zonas do país que estão no mesmo nível, todos os outros estão níveis abaixo e recebem muito mais fundos que o Algarve recebe, é bom que se tenha em conta isso, porque às vezes fala-se muito nos fundos estruturais, nos fundos europeus. Quando o senhor Daniel Frango, fala aqui em tornar público todos os pareceres, torna-se público o que é para se tornar público. As reuniões de Câmara têm as atas públicas, há uma reunião por mês pública, as assembleias municipais são todas públicas, as atas são consultáveis, agora vamos ver como as coisas vão avançando. O Roberto Leandro, parabéns pelo trabalho desenvolvido em função da JuvAlbuhera, é sempre um gosto contribuir em parceria com a única associação de juventude do concelho, portanto, senhor Vice-Presidente, no GAJ temos já tratado uma mudança de instalações dentro de pouco tempo, portanto, já estão ali há bastantes anos de uma forma dita provisória e, já lá estão há muito tempo. A dona Isabel Lisboa, sobre a questão da ponte das tacadas, é uma ponte que teve vários problemas, inicialmente quando se começou a fazer o projeto com aqueles parceiros todos das entidades, que superintendem estas áreas, tivemos uns pareceres negativos do ICNF, demorou bastante tempo a elaboração desse mesmo projeto, depois tivemos de pedir também um parecer à LNEC, laboratório nacional de engenharia civil, e neste momento está tudo assente, estamos só em termos de revisão orçamental naquela rubrica para transferir para lá as verbas, para a sua construção e lançar o concurso. Amanhã vou mandar os técnicos, para meter lá as baias convenientes porque se acontece lá qualquer problema, teoricamente, não sou técnico para dizer se está em condições de passar lá alguém, se corre risco de grande perigo ou não, mas se há lá umas baias, se há lá umas fitas e, se as pessoas passam inadvertidamente, se há lá um acidente, ainda que não seja relacionado com a estrutura da ponte, seja por outra razão qualquer, é



logo uma questão de assunção de culpas, não é muito bom que isso aconteça, portanto é melhor prevenir que remediar. Quanto ao subsídio para a criação de burros, eu sabia porque o meu pai também era proprietário de dois burros, sabia que havia em tempos um subsídio para a criação dos burros, agora não sei se ainda há. Sinceramente, é uma questão de se informar na CCDR talvez. Sobre a questão das bandeiras em Vale Paraíso, precisamente já contactei com uma pessoa, que tem alguma responsabilidade naquela zona, o proprietário daquilo faleceu há dois ou três anos, bandeiras ao vento vão rompendo, mas chegou a um ponto que é indigno ver uma bandeira daquela forma, era preferível não estar lá.” -----

Vereadora Cláudia Guedelha: “Muito boa noite a todos, relativamente às questões das bolsas de estudo que foram referidas relativamente ao doutoramento, é uma questão que não nos foi colocada, mas é uma situação considerar, tendo em conta que nós já alteramos o regulamento da candidatura das bolsas, inclusive para os CTESPs, portanto, é uma questão a considerar, se existir no momento alguma necessidade, e que essa necessidade nos seja exposta, até porque vamos entrar no período de candidaturas ao ensino superior, para os magistrados até alargado, portanto, alguma situação, façam-no chegar e, nós vamos considerar isso em futura alteração de regulamento. Relativamente à intervenção da dona Isabel Pinheiro, é sempre com agrado que o município apoia os estudantes e as bolsas de estudo e, apoiamos também os rotários, porque, além do nosso apoio ainda damos apoio a algumas instituições, nomeadamente para aumentar a capacidade de resposta a mais alunos. Relativamente à outra questão, referindo-me à nova associação de pais da escola primeiro ciclo de Vale Pedras e Jardim de infância, estive ali sentada a pensar como é que iria responder, porque a partir do momento que a doutora Margarida Oliveira, me mandou vários e-mails, eu liguei-lhe doutora Margarida, eu liguei justamente para marcar uma reunião e até acreditei que talvez, podia ter acontecido num dia mau, não é, efetivamente, nós não temos que estar obrigatoriamente sempre disponíveis e, com bons modos para falar com as pessoas. Efetivamente, naquele dia não correu bem e, como não correu bem e, temos que repor a verdade, foi-me desligado o telefone e, eu nem tive oportunidade alguma de explicar algumas das coisas ao telefone e, até de marcarmos a reunião. Posto isto, efetivamente, as preocupações que aqui estão, algumas são minhas, outras referem-se a um trabalho que temos de parceria com o agrupamento e, efetivamente houve ali situações complicadas de resolver, que de forma breve, vou só



aqui salientar duas ou três, até porque a minha secretária entrou em contacto com a Associação de Pais e, temos uma reunião marcada para amanhã às onze horas e bem, porque essa mesma reunião vai ter a presença da diretora da escola e, um dos professores da direção e, eu faço questão de irmos todos em conjunto de visitar a escola, a seguir da reunião, se faz favor Dra. Margarida quero algum tempinho extra, para irmos depois à escola ver o que está lá a acontecer e o estado em que a escola está. As fotografias que tem são as que eu tenho e, só quero tecer duas ou três considerações, porque quem nos está a ouvir também precisa de saber o trabalho que tem sido feito, as preocupações relativamente a uma escola que, acolhe muitos alunos. Para dizer que, houve problemas graves de infiltração que, foram resolvidos e constrói-se a casa sempre pelas paredes, não pelo telhado, existiram problemas de infiltração graves no auditório, na sala de professores, na sala polivalente e na sala de aulas ao lado, e eu digo isto, porque vou lá todas as semanas, eu não respondo a email, gosto muito de reuniões, gosto de falar com as pessoas, mas eu vou lá todas as semanas e, as reparações foram feitas no início do ano, a parte exterior. A escola acabou há pouco tempo de ser pintada e, a reparação de todos os rodapés que ficaram muito degradados, assim com o acesso do corredor da entrada do primeiro ciclo até às salas de jardim de infância e, o primeiro ciclo que, está a acontecer no primeiro andar em frente às salas da professora Sandra e da professora Sónia, está a ver, até conheço os nomes das professoras. Começou a acontecer ali, um fenómeno que ninguém percebe muito bem porquê, mas aquele ladrilho está a partir e os meninos, como é óbvio, a correr podem-se magoar e daí, cobrirem a parte de baixo com cartão para que não acontecesse nenhum acidente. Quando isto começou a acontecer, nós fizemos um procedimento para resolver os mais diversos problemas que estavam a acontecer naquela escola e, programámos para fazer isso durante as férias escolares, acontece que, e a doutora que é entendida na matéria, sabe como é que funcionam as questões de contratação pública, quando nós abrimos um concurso e, não há concorrentes, temos de nos esforçar para conseguir de uma forma quase mágica conseguir empreiteiros que respondam às nossas dificuldades. E foi o que aconteceu, quer para as reparações do interior, depois das exteriores já estarem tratadas, quer da ampliação da nova sala. A ampliação da nova sala e, só salientar aqui outra questão, os meninos de língua não materna, eu acho que conhece bem o ATL, porque penso que um dos seus filhos andou no ATL, o ATL tem umas excelentes condições, tem umas salas ótimas, e nós



subdividimos, para além de estar excelentemente mobilado na parte direita, na parte esquerda tem uma sala de aula montada onde os meninos de língua não materna têm tido lá as aulas. Entretanto, e porque o nosso concelho, e bem e, felizmente cresce e cada vez há mais crianças, ou pelo menos havia agora penso que as coisas estão mais organizada, aliás ainda pretendemos abrir mais duas salas de jardim de infância até ao fim do ano, e isto traz uma resposta nunca vista em Albufeira, da quantidade de crianças, até porque estão a entrar, ainda hoje falei nisso com o senhor diretor, que certamente me está a ouvir, sobre meninos que estão a entrar para o jardim de infância sem terem completado os três anos. Portanto, não é um mau sinal, mas tendo em conta que havia necessidade e, atenção que a DGEstE, eu pedi à direção da escola para ouvir a intervenção, porque eu sabia que a Dra. Margarida vinha cá hoje, para continuarmos amanhã a nossa reunião, a DGEstE no início do ano convoca sempre uma reunião com os diretores das escolas e connosco para avaliar efetivamente se existem ou não necessidade de abriremos mais salas. E, pensamos em abrir uma nova sala, assim como adquirimos mais cinco monoblocos para outras escolas, para fazer face às necessidades provisórias, porque, felizmente, a escola de Ferreiras está como uma obra que até dá orgulho ver, e contamos que as próximas obras quer da Secundária quer da Francisco Cabrita avancem o mais rápido possível, pelo menos o concurso para a realização das mesmas, porque dependemos também de todo o apoio externo central ou europeu para nos ajudar neste processo, e dizer que, a ampliação daquela, sala partilhada com o senhor Presidente, porque o senhor Presidente, apesar de não ter a educação acompanha-nos sempre neste processo e, foi ideia nossa ampliar aquela sala e daquela nova sala cria-se uma nova sala de primeiro ciclo e melhora-se as outras duas, uma que já funciona como primeiro ciclo e numa sala polivalente que fica entre as duas. Aconteceu a mesma coisa, não conseguimos construtor, mas a obra já tem paredes, e até lá os meninos vão ficar a ter aulas na sala muito bem preparada do ATL. Contamos que no fim deste mês, a obra esteja concretizada assim como a aquisição, aliás, o concurso para aquisição dos materiais também já está concluído e, portanto, também não vai ser por aí o problema. Agora dizer que, as preocupações relativamente a tudo o que refere aqui no email, as bolachinhas, o leite, as viagens de estudo, isto falamos amanhã com a direção da escola, porque cada um tem a sua responsabilidade. E nós trabalhamos numa equipa muito séria, de responsabilidade e queremos que todos os problemas que vão surgindo, que nós tenhamos sempre capacidade, pelo menos e, com



os encarregados de educação e com as associações de pais que assim temos funcionado sempre, portanto, eu acredito que todas estas questões que estão aqui nos e-mails vão ficar esclarecidas, assim como os sombreamento do exterior, assim como aquela escola ter uma sala polivalente, os meninos do jardim de infância têm sítio onde brincar e onde fazer exercício. Têm uma sala polivalente, e a melhoria que estamos a fazer é para dar apoio às AECs, é nessa sala polivalente que estamos também a fazer a reparação porque houve humidade e, estamos a fazer a reparação dos rodapés, que é uma necessidade. Dra. Margarida, amanhã continuamos com todo o gosto, estou sempre disponível, tem o meu número de telefone, porque já nos cruzamos outras vezes, no âmbito do nosso trabalho, é sempre um gosto ouvi-la, foi um gosto estar aqui a responder. Continuação de bom trabalho." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Madeira: "Boa noite a todos, na qualidade de deputada municipal independente, venho, nos termos regimentais, e tendo em conta o trágico acidente em Lisboa no elevador da Glória, no passado dia três de Setembro, apresentar a seguinte Nota de Pesar: Face ao trágico acidente ocorrido no Elevador da Glória, no fatídico passado dia três de Setembro, que vitimou quase duas dezenas de vidas humanas, que deixou outras tantas em estado grave de saúde e que deixou vários países em luto, manifesto o mais profundo pesar e endosso publicamente as mais sentidas condolências às famílias das vítimas. Assim, proponho a esta Assembleia Municipal que se observe um minuto de silêncio em memória das vítimas deste trágico acidente." -----

A Nota de Pesar foi colocada a votação e aprovada por unanimidades dos presentes na sala. -----

Fez-se um minuto de silêncio. -----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, a bancada do Albufeira Prometida traz hoje a esta assembleia uma preocupação que não pode, de forma alguma, ser adiada e, como professora que são a minha preocupação é ainda maior. Ou seja, a situação das nossas escolas, Senhor Presidente, temos escolas que não dispõem de salas suficientes para o número de turmas que existem atualmente. Todos sabemos que, nos últimos anos tem havido um aumento significativo do número de alunos por escolas, este crescimento



sendo positivo, enquanto reflexo de vitalidade na nossa comunidade, tem no entanto trazido enorme desafios para a capacidade de resposta das nossas infraestruturas educativas. Neste contexto, é urgente encontrar uma solução imediata, a instalação de monoblocos é, neste momento, a única alternativa viável para garantir que os alunos tenham condições dignas para aprender e os professores para ensinar. Não podemos ignorar que o ano letivo começa já no próximo dia quinze de setembro, dentro de apenas uma semana. Se nada for feito, teremos alunos a ter aulas sem condições adequadas, provavelmente até na rua. Não basta dizer que vamos fazer, nem que está a ser tratado, é necessário agir agora, aliás, já devia ter sido antecipadamente planeado e previsto de forma a evitar estes constrangimentos que se repetem todos os anos. Assim pergunto Senhor Presidente, como vai o executivo resolver esta situação, de que forma poderá garantir já no início do ano letivo, os alunos terão salas adequadas para as suas aulas? E peço-lhe, por favor, uma resposta clara e concreta porque é urgente e é agora." -----

Raul Ferreira: "Os meus cumprimentos, venho aqui fazer uma intervenção que não tem a ver diretamente com o executivo, nem com a Câmara Municipal, mas com um facto que se está a passar no nosso concelho relativamente aos serviços públicos. Pedia a sua intervenção, a intervenção da Câmara para que junto, nomeadamente, do Ministério da Justiça e do Ministério das Finanças que houvesse um investimento, não só a nível de equipamentos, mas também pessoal. É vergonhoso que num concelho que prima pelo investimento, pelas boas condições a vários níveis, tenho serviços públicos que não correspondem às necessidades da população. A minha profissão é advocacia, lido diariamente com os serviços públicos e o que eu vejo são filas enormes nas repartições e, repartições como o registo civil, registo predial, serviço de Finanças que fecham as portas às dez e meia, dez, dez e meia já não atendem mais pessoas, não têm condições humanas de responder às necessidades da população de Albufeira. E eu pedia a sua intervenção junto desses ministérios de forma que houvesse um investimento a nível humano, para criar mais capacidades de resposta, não só nós profissionais do foro, mas a toda a população em geral." -----

Carlos Quintino: Digníssima Assembleia, trazia aqui algumas reflexões, também porque estamos praticamente no fim do verão, Agosto já passou e, portanto, convinha falarmos aqui sobre alguns assuntos, neste fórum, porque são assuntos realmente importantes e que carecem de aquilo que é a intervenção do Senhor Presidente e do



executivo, alguns deles e outros não. O primeiro assunto que aqui trazia, são dados do INE e tudo indica que os proveitos financeiros do turismo em Portugal dos últimos sete meses, são os dados disponíveis, foram quatro mil milhões de euros. Se nós fizermos aqui alguns cálculos, tendo em conta aquilo que é o número de dormidas e aquilo que representa o turismo de Albufeira a nível nacional, chegamos a uma conclusão simples, que Albufeira contribuiu muito para estes quatro mil milhões. O raciocínio que eu aqui trago tem a ver com o seguinte, nós não podemos estar a mendigar do Estado Português, seja qual for o partido, questões absolutamente básicas para o nosso concelho, não podemos porque somos produtores de riqueza, os albufeirenses são produtores de riqueza, o concelho de Albufeira é produtor de riqueza, portanto, aquilo que aqui trago é uma reflexão a esta assembleia precisamente neste sentido. Albufeira tem que ter a capacidade energética de reivindicação perante o Governo, seja ele qual for apontando estes números, apontando aquilo que representa, do ponto de vista da criação de riqueza, dos proveitos financeiros criados pelo turismo, para que tenham determinadas condições em determinadas áreas, que o Governo raramente olha para Albufeira. Eu falava assim quando era o governo do Partido Socialista, mas falo também quando é o governo do Partido Social Democrata, naturalmente e sem qualquer pudor, porque a realidade é que infelizmente, ainda se continua a olhar para o Algarve como o sítio de férias de Agosto, e isso tem que deixar de acontecer. E nós, nesta assembleia temos que ter, calculo que já não sejamos nós aqui presentes, que seja a próxima assembleia, que seja o próximo executivo, mas deixo esta meditação, precisamente para que as pessoas pensem a grande riqueza que Albufeira cria a nível nacional e o pouco retorno que nem de longe nem de perto é proporcional a essa riqueza que cria. Eu acho que isto não é só um esforço do executivo, acho que tem que ser um esforço do executivo e da assembleia municipal, acho que tem que ser um esforço das entidades, inclusive que representam o turismo e das próprias associações de empresários, todos em conjunto para que, de uma vez por todas, se acabe com a discriminação que existe no que diz respeito à distribuição de verbas para com Albufeira e, que Albufeira ande a mendigar, desculpem a expressão determinadas as verbas para determinadas áreas, quando contribui de uma forma muito significativa para aquilo que são os proveitos no que diz respeito ao turismo. Deixava esta primeira reflexão, e a seguir queria dar-vos uma indicação que tem a ver com aquilo que são os acessos às praias, que eu falei aqui



ao longo do mandato, várias vezes, as coisas correram razoavelmente bem, mas há efetivamente pontos a melhorar, refiro-me àquilo que é a Praia da Falésia, refiro-me àquilo que é o acesso à Praia dos Tomates, à Praia da Rocha Baixinha, à Praia da Oura, portanto pedia ao executivo que tivesse isso em conta no sentido de fazer um plano de intervenção concreto, objetivo para aquilo que são os acessos às praias, porque tudo é a nossa imagem, naturalmente, mas as praias têm uma expressão muito significativa naquilo que é a imagem que os nossos visitantes levam de Albufeira. A seguir gostaria também de abordar um tema que já abordo também há algum tempo, que respeita àquilo que são pequenas intervenções que carecem de ser feitas na via pública e que independentemente de existir uma plataforma para elas serem efetivamente reportadas, eu entendo que o executivo deveria criar uma brigada rápida de intervenção na via pública, para aquilo que é a pequena reparação de calçada, a pequena reparação do alcatrão, a reposição de um sinal, essa brigada de intervenção rápida deveria funcionar vinte e quatro horas e estar disponível para fazer essas pequenas correções que são muitas vezes simples de se fazer, placas de sinalização, interdições de passagem, pinturas de passadeiras e por aí fora. Sei certamente que o senhor Presidente está a fazer um grande esforço para que possa isto ser uma realidade no futuro. E, por último nesta fase, gostaria de abordar aquilo que é uma transformação negativa na nossa cidade que tem a ver com a disseminação de espaços Kebab's. Os espaços kebab's eu duvido que a grande maioria estejam legais, mas duvido por uma questão simples, é que a maioria deles não eram espaços de restauração e bebidas, eram tickets, eram lojas de comércio e, não tinham licença para restauração e bebidas. Portanto, mais uma vez peço a intervenção do executivo nesse sentido, há um caso que eu não gostava de apontar aqui mais uma vez porque já o apontei. Há um caso crasso, que é o quiosque, que era um quiosque de jornais, no início da Avenida Sá Carneiro Norte, que depois foi um ticket e, agora é um kebab. Tem que haver aqui algum bom senso das pessoas, a culpa não é do executivo, é das pessoas, o executivo tem que exercer, porque acho que os jovens e, isso deve-se para debate, depois foi ticket que é e daqui a bocado algo de acesso das pessoas, a culpa não é do executivo e das pessoas, mas o executivo tem que efetivamente exercer de forma energética e, tem que ter atitude neste sentido para acabar com isto e, sem contar que estes espaços, constatei eu, vendem bebidas alcoólicas até a altas horas. Ficam estas notas." -----



André Lima: "Boa noite a todos, hoje não venho colocar questões, o meu percurso nesta assembleia está a terminar e queria deixar aqui algumas palavras, pensei que esta era a última, mas pelos vistos ainda há mais uma. Palavras acerca do nosso papel nesta casa, acerca da intervenção cívica e acerca de democracia, porque como todos sabemos, as eleições serão já no próximo dia doze de outubro e, teremos certamente um próximo mês muito intenso. Mas depois de irem a votos a vida vai continuar, nada se vai resolver na segunda-feira seguinte e os problemas das pessoas continuarão a precisar de soluções todos os dias. Dito isto, a pergunta mais importante para mim que podemos fazer neste momento, não é quem vai ganhar as eleições, é verdadeiramente importante porquê que isso me importa? Quando aceitei o convite para servir na Assembleia como deputado independente, tive dois pensamentos, o primeiro vou ter oportunidade de partilhar as minhas ideias e o segundo, mais importante, vou ter oportunidade de devolver à comunidade uma parte daquilo que me foi proporcionado. Porque eu cresci numa Albufeira que se importa, cresci numa Albufeira onde o movimento associativo, os vizinhos, a comunidade investiram em nós, como diz o ditado, é preciso uma aldeia para educar uma criança, e eu tive acesso a essa aldeia. Tive acesso à vizinha que perguntava se a minha mãe sabia que eu andava ali, tive acesso ao Imortal, clube de basket de Albufeira que me deram grande parte dos amigos que mantenho. Tive acesso a professores que ainda hoje me reconhecem e que percebem a importância que também tiveram no meu caminho, alguns deles inclusive nesta sala. Importaram-se comigo e eu importo-me com a minha terra, e com os que se seguem e é por isso que quero deixar a seguinte reflexão, quando pensamos no fim para as democracias, muitas vezes imaginamos tanques e militares nas ruas, mas a história recente mostra-nos exemplos muito diferentes, dentro da própria União Europeia, temos a Hungria, um pouco mais longe a Rússia, a Venezuela, aí as democracias não morreram com um estrondo, morreram lentamente, em lume brando, aos ombros de cidadãos que se foram acomodando, que decidiram que já não valia a pena importar-se, mesmo que em todos esses países, se continue a votar. E o que tiveram e têm em comum todos esses países que já foram democráticos? Estão perfeitamente identificados os primeiros sintomas de uma democracia doente, indicadores que nos permitem saber se a nossa própria casa democrática estará em risco. Existem quatro comportamentos, que quando surgem no líder, a qualquer nível, devem fazer soar todos os alarmes, repito, a qualquer nível. Podemos chamar-lhe uma lista de verificação



cívica, ou uma verificação democrática. Antes de começar lanço um repto, fiquem atentos aos primeiros nomes, às primeiras caras que vos surgem na cabeça, enumerando, comportamento um: negação da legitimidade dos adversários, acontece quando o debate de ideias é substituído pela narrativa de que todos os adversários políticos são traidores, inimigos do povo ou criminosos. Comportamento dois: tolerância ou incentivo à violência, acontece quando a linguagem e ódio inflama a rua ou as redes sociais, e a agressão física e psicológica são justificadas como ferramenta política. Comportamento três: rejeitar as regras do jogo democrático. Acontece quando a Constituição e as leis são tratadas com uma sugestão, e os tribunais são tratados como um obstáculo. E comportamento quatro, vontade de silenciar ou limitar liberdades. Acontece quando a imprensa livre é chamada de inimiga e quando se ameaçam todos os que ousam discordar. Estes quatro comportamentos não são sinais de uma política forte, são sintomas de uma democracia a definhar, não sou eu que o digo, é a história, são os cientistas e é a realidade que podemos observar à nossa volta. Dito isto, ignorar a política não faz com que a política nos ignore a nós, apenas garante que essa política será feita por outros, cujos interesses podem não ser o bem comum. A solução, felizmente, está em cada um de nós, porque a verdadeira política não é apenas o que acontece dentro das paredes das instituições do Estado. A política real é a empresária que luta para criar emprego de qualidade, é a professora que inspira pensamento crítico, é o dirigente do associativo que proporciona novas modalidades desportivas, são os cidadãos que se unem e se organizam por uma causa. Fazer política na sua essência, é cuidar da nossa sua casa comum, e isso pode e deve ser feito todos os dias, em todas as profissões e em todos os lugares, por todas as pessoas. Porque me importo, comprometo-me a manter a minha condição de cidadão, e lanço mais um repto a todos: não desliguem, não deleguem o futuro de Albufeira, construam com ações diárias, com exigência, fiscalizando a qualidade de quem nos representa, muito para além das paredes desta assembleia e desta câmara e, construam-no com vigilância defendendo cada direito que temos como se fosse o último, porque nenhum está garantido para sempre. Uma democracia saudável não precisa de heróis, precisa muitos, muitos cidadãos atentos." -----

Helena Simões: "Boa noite a todos, obrigado caro deputado André Lima, pelas suas palavras das quais eu partilho e acho que foi uma reflexão importante, refletindo para o passado, mas projetando para o futuro. Depois gostaria também de falar aqui dois



assuntos que foram aqui falados e que criaram algum constrangimento e alguma preocupação, até porque nós não nos podemos esquecer que os deputados da Assembleia Municipal têm a função de fiscalizar o trabalho do executivo, mas também têm às vezes a obrigação de perceber eventualmente onde é que poderá estar o problema na engrenagem. O primeiro é efetivamente a questão que foi referida e que andaram a circular as fotografias da escola que realmente visualmente são chocantes. Imaginármos que as crianças estão naquelas condições, eu percebo os constrangimentos da contratação pública e eu percebo toda a justificação veiculada pela vereadora, dir-lhe-ia apenas e só que, tentássemos num coletivo encontrar uma solução o quanto antes, para que as crianças não tenham que estar sujeitas àquelas condições mais um ano letivo. E não desvalorizando, até porque sei o quanto o assunto, as escolas, os jovens, as infraestruturas, o desporto é importante para este executivo, mas efetivamente as fotografias e a imagem fala mais do que qualquer palavra que possa ter sido dita aqui, quer pela doutora Margarida quer pela vereadora do pelouro e, por isso, pedia a especial atenção para a situação e também como ainda deputada da Assembleia Municipal e novamente recandidata, que é uma situação que eu ire acompanhar e tentar fiscalizar de alguma forma. Depois também, porque acho que é importante e todos nós temos que ter a hombridade de falar e quando falar, falar com a verdade e há pouco foi feita aqui uma intervenção, intervenção essa por um ex-presidente, ou fazia parte dos órgãos sociais de uma associação de cariz vocacionada para os jovens e a sensação com que fiquei foi que nada é feito para os jovens no concelho. E eu sou sincera, às vezes até acho que muito é feito para os jovens e se calhar já não tanto é feito para a minha idade, como se costuma dizer, é o skate Park, é o skate challenge, é o Sea Fest, enfim, são mais que muitas as atividades, parece-me a mim, eventualmente que poderá ter havido aqui alguma dificuldade de comunicação entre esta dita associação, porque também não conheço este executivo por ser seletivo nas associações com que trabalha, ou nas instituições com que trabalha, ou negligenciar umas em detrimento das outras. Eu gostaria de pedir também, no âmbito da prerrogativa de fiscalização que os deputados da Assembleia Municipal têm de questionar o executivo, se esta dita associação que referiu que, nunca nenhum apoio foi dado pelo vereador, se os pedidos de apoio foram veiculados pelos mecanismos próprios e das formas próprias, para que possamos saber efetivamente se não foi dado o dito apoio, ou se pura e simplesmente o pedido de apoio não chegou. Porque, parece-



me a mim uma vez mais, da mesma maneira que eu disse ainda há pouco, que eu acredito que a vereadora do pelouro só não fez mais porque não pôde, devido aos constrangimentos face ao conhecimento de causa, de ser uma temática importante para este executivo, também não acredito que uma associação do concelho que versa sobre os jovens e que tem atividades e que tenta dinamizar atividades, porque qualquer jovem que seja dinamizado é um jovem garantidamente que não se perderá nos meandros da vida, sabendo nós de antemão que este concelho, enfim, infelizmente, por ser de veraneio, por ter muita vida noturna, tendencialmente os jovens tendem-se a perder e eu custa-me a crer, conhecendo o executivo, conhecendo o vereador do pelouro que, não tenha acedido a algo que tenha sido veiculado pelos mecanismos próprios, tenha sido legítimo, pelo que solicito e aí sim, solicitar à Mesa que registasse o meu pedido de fiscalização, se a dita associação solicitou pelos meios próprios, pelos mecanismos próprios e se isso foi recusado, qual foi o fundamento?" -----

Domingos Coelho: "Boa noite a todos, se me permitirem voltar a duas intervenções, para já, dar os parabéns ao nosso colega André Lima, pela reflexão, eu diria bastante atual, e que deveria de ser atuante, penso que está ali tudo, os alertas estão aí, cada um fará a sua reflexão e agirá, usando uma expressão já antiga, e penso que se adequa, é preciso avisar a malta. Em relação à intervenção do nosso deputado Carlos Quintino, não posso estar mais de acordo com ele, é preciso reivindicar perante o poder central, a minha pergunta é, porque é que não se reivindicou já? Este executivo tem quatro anos, penso que nesta ponta final dizer que temos que reivindicar, então e porque é que não se fez antes? Quer com o governo do PS ou quer com o governo do PSD, que já tem de um ano e meio. Dou um exemplo, sempre se falou que a questão do acesso da A22, IC1 que estava no tribunal, mas então porque é que não há, diria eu, digamos que um ajuste extrajudicial, um acordo e, que se resolva aquilo, ou aquilo ficará ali eternamente porque está em tribunal? Os tribunais levam dez, quinze anos, mas porquê que não se avança entre o governo local e central? Eu julgo que, já vamos é tarde e espero que os próximos executivos peguem exatamente nessa capacidade reivindicativa. Há quatro anos, foi aprovado o plano de requalificação da Aldeia de Paderne, na altura houve uma discussão pública, houve quem participasse, eu fui uma das pessoas que participou, dando propostas, na altura perguntei quando é que havia, digamos, que um reporte das propostas, e conheço outras pessoas que o fizeram, entretanto, já por duas vezes que levanto essa questão aqui nestes quatro anos e



enfim, e quatro anos depois, pergunto como é que está o plano de requalificação de Paderne, porque no terreno não se vê nada. Será que está por concurso algo? Paderne está exatamente igual, em termos das suas infraestruturas, em termos, digamos, de preparação para o futuro. E há pouco o Senhor Presidente também falava dos terrenos que a câmara tem ou não tem para possibilidade de construir. Relembra que há cerca de um ano foi aprovado aqui a compra de um terreno em Ferreiras, nas traseiras da escola primária, que tinha duas virtualidades, por um lado, permitir o acesso à escola primária pelas traseiras, para evitar aquele problema contínuo, quotidiano do trânsito, em hora de ponta até à rotunda de Ferreiras, e que agora, que já vai para além disso, agora a fila começa já no Verde Minho, porque a única entrada na cidade que é esta rotunda principal está sempre saturada, não percebo porquê que, uma visão mais estratégica em termos de acessos, não se fez já uma via alternativa, não percebo, basta ver o concelho de Loulé e os acessos que o concelho de Loulé tem à sua volta. A minha pergunta é: em que ponto é que essa compra que conduziria a um projeto, do ponto de vista do trânsito, mas também do ponto de vista da habitação, porque foi-nos dito na altura que aquele terreno permitiria construir habitações. Relativamente a uma questão que também já aqui coloquei, que o Senhor Presidente na altura não respondeu, que é, os autênticos concertos que se dão nas ruas da baixa de Albufeira, em plena rua, em que a rua fica completamente bloqueada, porque está lá duas ou três pessoas a tocar com os decibéis bem altos, e não percebo como é que é possível um espetáculo ali no meio da rua, a não ser que não esteja aprovado, ilegal, fica a pergunta. Em relação à questão da ocupação do espaço público, ou da visibilidade do espaço público, já se levantou aqui uma questão, penso que interessante, que é exatamente, digamos que as fachadas dos edifícios e a vista que se pode ter, está a acontecer na baixa, já vi mais que um caso, que é grandes ecrãs ou plasmas de uma dimensão, quase diria de um espetáculo ou concerto de alguém famoso, a publicitar o menu desse restaurante. A questão é, não é só um, a partir de agora o vizinho do lado, vai tentar fazer o mesmo e tem o seu direito, ou seja, poderá haver uma proliferação de plasmas, de ecrãs, que vai descaracterizar todo o aspeto arquitetónico, toda a visibilidade que nós temos dos edifícios, portanto, acho que antes que a coisa seja uma praga, temos que atalhar. E deixava só aqui uma questão, que é a taxa turística, o Senhor Presidente disse que iria apresentar aqui um relatório, até agora não conseguimos ter acesso, e já agora dava aqui uma notícia, até junho a autarquia de Albufeira recebeu três virgula seis milhões



em taxa turística. O ano passado o ano inteiro foi quatro milhões. É o terceiro concelho com mais valor de taxa turística.” -----

Carlos Quintino: “Eu venho esclarecer, para não se gerar nenhuma má interpretação, que eu não disse que não tem havido reivindicação do executivo, não foi isso que eu disse. O que eu disse foi que, deveria haver um conjugar de forças entre aquilo que é o município, associações de empresários, associações do turismo, e digo mais, a AMAL e por aí fora, no sentido de que todos possam ter uma força diferente, teoricamente uma força maior para poder perante este ou qualquer outro governo, não chamaria reivindicar, chamaria resgatar aquilo que a Albufeira tem direito, naquilo que é determinadas matérias, por aquilo que é a receita gerada e os proveitos gerados pelo turismo. Foi isso que eu efetivamente disse e, para que não haja nenhum mal-entendido gostaria de clarificar e que ficasse em ata também.” -----

Presidente da Câmara: “A deputada Mónica Félix, fez algumas questões sobre as escolas, não sei se ouviu há pouco a senhora Vereadora falar que estavam adquiridos mais cinco monoblocos, para este ano letivo. Conforme sabe e já foi dito, repetidas vezes, temos os projetos feitos, praticamente terminados, quer com arquitetura e especialidade da ampliação da escola secundária de albufeira, da escola de Ferreiras EB2,3 está em execução a empreitada, da EB1 de Ferreiras também já foi candidatura feita ao Algarve vinte, trinta, da EB2,3 Francisco Cabrita com o projeto já aprovado, o jardim de infância da Correeira também já tem o projeto aprovado e o jardim de infância de Vale Rabelho. Estas duas últimas estão em fase também de candidatura, uma delas já seguiu a candidatura outra está prestes. Evidentemente que estas últimas são em termos de futuro, não são para um futuro próximo, é para um futuro a médio tempo e que, demonstra precisamente o planeamento que existe para que, dentro de pouco tempo, um ou dois anos tenha tudo o devido lugar, assim que haja financiamento suficiente para todo este tipo de intervenções de empreitadas. Portanto, está salvaguardada toda esta situação. Relativamente ao senhor deputado Raul Ferreira, sobre a questão dos serviços públicos, já foi por mim intercedido junto ao senhor Primeiro-Ministro, em termos orais a questão da necessidade de ultrapassar os problemas existentes, quer no registo, quer nas finanças quer nos serviços que funcionam no edifício do tribunal. Todas as manhãs tenho acompanhado o número de pessoas que estão quer num serviço, quer noutra e, há uns seis ou sete meses e ainda muito antes disso, no edifício das finanças chegava a estar à volta de quarenta pessoas



às sete horas à espera para entrar. Muitas vezes a fila de espera dava a volta à esquina da tesouraria, portanto, isto não é deste governo, não vínhamos aqui imputar responsabilidades a este governo. Alguém falou aqui, o deputado Carlos Quintino, independentemente de que governo seja, é verdade, não podemos esconder uma realidade e, continuo a reivindicar esse tipo de coisas. Se o deputado Domingos Coelho acha que não se reivindica nada, não é verdade. Inclusivamente mandei lá colocar aqueles bancos para as pessoas estarem pelo menos sentadas, quando estavam ali tantas horas à espera para serem atendidos. Ultimamente, talvez há uns dois ou três meses, neste momento, às sete horas estão ali três ou quatro pessoas. Algo se passou, algo aconteceu, não sei exatamente o que é que aconteceu, mas para melhor deduzo eu. Relativamente ao edifício do tribunal, os serviços do registo civil e o registo predial, ultimamente tem sido um pandemónio, às oito e meia, nove horas já estão ali talvez umas trinta pessoas, ainda hoje foi um dos dias que isso aconteceu. Portanto, vou continuar a reivindicar, os serviços funcionam com muita carência, e basta ver, a questão do aspeto do tribunal em termos de pintura, que também não é da responsabilidade da câmara. E, independentemente disso a câmara já colaborou na pintura do quartel da GNR, vai colaborar na pintura do edifício da autoridade marítima, porque essas entidades solicitaram por escrito e fizemos um contrato-programa com as tutelas quer de um quer de outro. Relativamente ao tribunal, eles não pedem literalmente nada, hei de oficiar a Ministra da Justiça, no sentido de resolver o problema que acho que a senhora ministra tem de ter conhecimento. O deputado Carlos Quintino, por causa da questão do INE, os dados do INE dizem já há muitos anos, não é de agora, Albufeira é realmente um contribuinte líquido para o erário público e, merece muito mais atenção daquilo que é a intervenção do Estado. Relativamente aos kebab's, recorde que não há muito tempo houve uma intervenção conjugada com várias forças, nomeadamente ASAE, é a entidade que superintende estas áreas do serviço e muitos deles fecharam até. Ali é mais uma questão de alteração de usos, tem que se tomar atenção a isso. O deputado Domingos Coelho sobre o plano de requalificação da Aldeia de Paderne, o plano foi feito, foi amplamente discutido, foi elaborado, está à espera que haja algum financiamento para se poder avançar. Enquanto tivermos prioridades como habitação, educação ou saúde, dificilmente se farão outros. Não é verdade que não tem havido melhorias em Paderne, foi feito há uns dois anos o saneamento básico da zona dos Matos, está a ser feito o



saneamento básico da zona de Vale Pegas e, está o projeto elaborado da zona de Paderne norte, que apanha Alcária, Ribeira de Alte, por aí assim. É um investimento que não se vê, está enterrado, os políticos não gostam muito de fazer aquelas obras precisamente por isso, não se vê, não dá grandes fotografias, mas fazem imensa falta e eles estão lá, e os milhões de euros estão lá investidos, e estão lá a servir a população. Além disso, foram adquiridas algumas parcelas de terreno e algumas casas antigas precisamente para recuperar ali algumas zonas. Além disso foi feita a repavimentação da estrada da Rua das escolas, embora careça de estacionamento, a própria escola e o jardim de infância para os funcionários e professores. Deve-se ver com atenção a questão das fachadas, agradeço a sua opinião e a sua chamada de atenção sobre a questão dos ecrãs nas fachadas dos edifícios, é uma questão que tem de se ter em conta. Relativamente à taxa turística, ser o segundo concelho a receber mais, acho que é positivo, é demonstrativo da dinâmica, da pujança do turismo em Albufeira, contrariamente àquilo que se diz, há uma outra Albufeira para além daqueles quinhentos metros que muita gente fala, que não é só aqueles quinhentos metros lineares, existe muita outra Albufeira. Albufeira tem dez hotéis de cinco estrelas, e tem uma série deles de quatro estrelas, e tem zonas espetaculares e, zonas completamente cheias, que estão completamente lotadas, neste momento ainda, nomeadamente a zona poente, e a zona nascente. Isto é um dado indesmentível, não é discutível sequer, é só procurar os hoteleiros e questionar isso. À vezes quando se quer afunilar determinado tipo de intervenções sobre política ao mais baixo nível, afunila-se tudo para um determinado aspeto e chama-se a atenção de coisas que muitas vezes estamos a transmitir lá para fora, não estou a dizer que os problemas têm de se encobrir, de maneira nenhuma, mas temos de trabalhá-los e não difundi-los enormemente como se Albufeira fosse um monte de problemas, porque não é, não é por acaso que de ano para ano aumenta o número de procura, aumenta a lotação dos hotéis, isso é indubitável." -----

**Mónica Coimbra:** "Senhor Presidente, muito obrigada pela sua resposta, mas o que lhe perguntei foi: quando vão colocar os monoblocos? Em outubro? Dia quinze de Setembro? A minha preocupação é quando chegarmos ao dia quinze de setembro os alunos vão ter aulas onde? É que sem a colocação dos monoblocos a escola não vai ter salas suficientes para todos os alunos. Garanto. E a questão que se levanta é que, o final do ano letivo foi em junho e tiveram mais de dois meses e meio, só neste ano



letivo para conseguirem antecipar estes problemas. Portanto, só podemos concluir que não há um planeamento a longo prazo, é tudo feito em cima do joelho.” -----  
Vereadora Cláudia Guedelha: “Senhora deputada, antes de mais, posso só referir-me à questão que foi aqui levantada sobre as fotografias da escola de Vale Pedras, em momento algum eu disse que não há problemas para resolver naquela escola, na sala de professores, na sala polivalente e na sala número três. E as fotos são as mesmas que eu tenho e que me certifiquei e fui lá ver. Estão neste momento a ser arrançados e gostava que ficasse aqui registado em ata, pelas mesmas razões que me referi anteriormente e que não vou voltar a repetir. Relativamente à senhora deputada Mónica, quando fala de planeamento e como professora que é daquele agrupamento, tem a noção, digo-lhe eu, que existe a DGEstE, a direção regional, aliás antes disso existe um Governo, existe a DGEstE e existe três agrupamentos. E também sabe o que temos vivido nestes últimos anos e, também sabe as alterações que têm surgido, não vou estar que pareço um disco riscado a repetir-me, mas tivemos um COVID, tivemos uma série de mudanças sociais, uma série de fluxos migratórios, muitas alterações na nossa sociedade, muitas chegadas, muitas alterações e, como é evidente, isto tem sido um trabalho árduo dos três agrupamentos, em reuniões constantes em colaboração com a DGEstE, que são eles que recebem as inscrições dos alunos, e por acaso não me pediram monoblocos este ano, fica aqui também registado. A iniciativa, por acaso até foi nossa, é esta a verdade. E preocupados também com as questões da multideficiência que passam de umas escolas para as outras, agora, felizmente já com pré-aviso, porque anteriormente nem pré-aviso existia e, preocupados, as três direções de agrupamentos preocupados juntaram-se à nossa preocupação e com as diretrizes, da Direção Regional de Educação, temos feito esse trabalho, aliás, começamos as primeiras reuniões em janeiro, às vezes é verdade se nós adivinhássemos quantos alunos é que iam chegar durante o ano, e este mal vem de traz, não foi criado agora. Porque se está atenta também sabe disso. A forma como as nossas famílias e os alunos entravam durante o ano letivo, vinham sem aviso. E nós tentamos sempre fazer todos os esforços para não criarmos aqui alterações de horários e conseguir dar as garantias necessárias. O senhor Presidente, já fez referência aos vários projetos, não sei se sabe que submetemos candidaturas e nem todos os municípios têm a felicidade de conseguir os apoios, e também deve conhecer o nosso orçamento, porque o vota aqui, embora contra muitas vezes, não sei porquê, mas



contra, porque quando votamos contra temos de dar sugestões, mas dizer-lhe que, quando na última, por exemplo, relativamente à questão da ampliação das Ferreiras, foram quatro escolas as contempladas no Algarve e, nós porque trabalhamos muito para conseguir, todos em conjunto, com apoio das entidades externas, conseguimos. Agora, os projetos estão prontos, tal como o senhor Presidente disse e não vou estar a enumerar, desde as ampliações das creches até à escola secundária tem um valor de quinze milhões ou mais. Evidentemente que soluções mais mágicas e instantâneas, nós não temos, fazemos com muito trabalho e o facto de os monoblocos ainda não estarem não significa que eles não vão chegar até ao final do mês, porque estão a trabalhar para os colocar. Agora como deve imaginar, estes monoblocos e porque as crianças continuam a entrar no nosso concelho, provavelmente já vão ter de ser desvirtuados para dar respostas a outras necessidades. Mas acredite, existe muito trabalho e muito planeamento diário com os agrupamentos e, está aqui o professor Vítor que sabe que a preocupação dele são as nossas preocupações." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu início ao período a Ordem do Dia. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM

Apreciação e deliberação das atas de 30-06-2025 e 21-07-2025; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: Questiono se será prudente estarmos a votar a ata de vinte e um de junho, porque se não me falha a memória, o ponto onze e doze, foram o dito parecer e as suas recomendações, eventualmente, poder-se-á que expurgar a intervenção do vereador que exerceu o direito da honra, fora do fórum próprio, por isso, das duas uma, ou retiramos a ata em apreço e não a votamos agora, ou corremos o risco de estar a votá-la agora e em consequência do ponto onze e doze depois ter de as prorrogar."---

Presidente da Assembleia: "Senhora deputada, eu tenho uma interpretação, que pode estar errada, mas, as atas refletem exatamente aquilo que se passou e, para haver protesto por parte da senhora deputada bem como dos recursos que interpôs, tem de haver informação constante nessa referida ata, sobre os quais os mesmos se baseiam, até porque, a mesma, depois ficaria diferente daquilo que temos em vídeo. Aprovar



aquilo que resulta do parecer, implica que, fique nesta ata a indicação de que se tenha por não dito aquilo que o senhor vereador assim referiu. Não estamos aqui perante uma situação judicial, mas sim perante um ato administrativo em que as atas devem refletir efetivamente o que se passou, sob pena de não podermos ter em atenção, a razão pelo qual é que houve um recurso e, sobre que factos, incide esse discurso e em que termos foram proferidas as considerações do sr. Vereador. Eu, acho que, as atas devem refletir exatamente o que ocorreu. É, com base nisso, que o protesto foi feito e os recursos que foram apresentados. A Assembleia, depois de discutir o assunto é soberana para aprovação ou não aprovação, com indicação dos factos que ocorreram e que se tem por não dito relativo aos pontos em causa. Esta é a minha posição pelo que irei avançar com a votação." -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

#### **VOTAÇÃO DA ATA DE 30-06-2025:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezoito (18): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, José Vila-Nova, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Cláudia Raimundo, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Otelto Cabrita, Nuno Cabrita e David Ferreira, pelo que não votaram. -----

#### **VOTAÇÃO DA ATA DE 21-07-2025:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Otelto Cabrita, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, José Vila-Nova, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----



Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Leonardo Paço, Cláudia Raimundo, Nuno Cabrita e David Ferreira, pelo que não votaram. -----

### PONTO DOIS

Tomada de conhecimento dos apoios às Juntas de Freguesia do concelho; -----  
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções ficou feita a tomada de conhecimento. -----

Presidente da Assembleia: "Faço referência a estes pontos; três, quatro, cinco e seis, que são planos de pormenor referentes a questões urbanísticas. Poderia dar-se a ideia de que a Câmara Municipal, enviava para a Assembleia Municipal para deliberação, os referidos planos, mas assim não é, o que está em causa é só a integração de nova legislação nos documentos. Trata-se de uma questão de decalque, por assim dizer, ou seja pela inclusão da nova legislação que foi aprovada. Não implica qualquer tipo de análise, é mesmo um decalque daquilo que a legislação manda implementar nos vários Planos de Urbanização, quer da Cidade de Albufeira, do Plano Diretor Municipal de Albufeira, o Plano de Urbanização da Frente Mar da Cidade de Albufeira e no Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores." -----

### PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento, nos termos do n.º 4, do artigo 121.º do RJIGT do **Plano de Urbanização da Cidade de Albufeira**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Estes quatro pontos remetem-nos para a importância e a necessidade de desenvolvimento e da execução completa do plano de drenagem de Albufeira. Porque reforça aqui exatamente esta nova redação ou esta alteração a estes documentos de gestão do território, chamo a atenção para as zonas em perigo de inundações, já levantei aqui uma vez esta situação que é, já houve obras na baixa, após obras Pólis, e essas obras fizeram com que as condutas fossem de uma maior dimensão, mas tanto quanto sei, essas obras terminaram junto ao posto da GNR, daí para baixo, na direção da Praça dos Pescadores, a dimensão das infraestruturas é a mesma, porque aí não houve intervenção. E para que não aconteça outro um novembro de dois mil e quinze, penso que há toda a urgência em fazer essa obra e a minha pergunta é, se está previsto, se está em plano, ou em que situação é que está essa remodelação?" -----



Presidente da Câmara: "Estes quatro pontos têm a ver com a mesma situação, a questão de decorre da resolução de ministros cento e três dois mil e vinte e quatro, estes quatro planos são aqueles que recebem influencia da ribeira de Albufeira, daí o risco de inundações, que está aqui e é para adaptar, é a alteração por adaptação destes planos tendo em conta essa resolução de conselho de ministros. O plano geral de drenagem, transmite a ideia de que se tem de minimizar alguma coisa daquilo que são as inundações, embora nunca se saiba quando é que se atinge o limite, quando é que temos tudo preparado para nunca haver inundações, isso é quase impossível de falar, se bem que, recordo a intervenção que está a ser feita na Avenida do Ténis, é uma empreitada que está inserida no plano geral de drenagem, que é o coletor de meia encosta, da zona poente, existe esta intervenção na Rua do MFA, que já está o projeto aprovado e dentro de pouco tempo poderá entrar em empreitada, que é o coletor de meia encosta da zona nascente. Há a ligação da Avenida vinte e cinco de abril, e quando for feita a sua requalificação coincidentemente faz-se a ligação à estação elevatória, que também fazia parte do plano geral de drenagem, a estação elevatória, portanto, muitas coisas já foram feitas no plano geral de drenagem, evidentemente que faltarão algumas outras, estas que estou a dizer, para além daquele túnel grande que será, com certeza, só possível se houver financiamento dos fundos europeus, se não houver financiamento é difícil fazer uma obra de trinta milhões de euros, ou mais nesta altura. Os projetos nestas áreas estão feitos, poderão carecer de alguma atualização e agora com a nova forma de levar a efeito os projetos de execução, tem de ser feita a revisão do projeto, que é mais um procedimento concursal, mais tempo que se demora, mas tem de ser, a lei obriga a isso, e com certeza que irá ser feito dentro de não muito tempo." -----

Não havendo mais intervenções ficou feita a tomada de conhecimento. -----

#### **PONTO QUATRO**

Tomada de conhecimento, nos termos do n.º 4, do artigo 121.º do RJIGT do **Plano Diretor Municipal de Albufeira**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções ficou feita a tomada de conhecimento. -----

#### **PONTO CINCO**



Tomada de conhecimento, nos termos do n.º 4, do artigo 121.º do RJIGT do **Plano de Urbanização da Frente de Mar da Cidade de Albufeira**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Relativamente a este ponto e, a este instrumento de planeamento deste plano de pormenor, eu chamaria a atenção para a necessidade do cumprimento rigoroso do que consta neste plano, quando há obras na baixa, nesta zona e, principalmente, na defesa daquilo que está lá escrito, come se diz, preto no branco, entre as quais a preservação das fachadas, o que, enfim, nem sempre tem acontecido."

Presidente da Câmara: "Não faço ligação entre as fachadas e o risco de inundações, portanto não tenho nada a acrescentar." -----

Não havendo mais intervenções ficou feita a tomada de conhecimento. -----

#### PONTO SEIS

Tomada de conhecimento, nos termos do n.º 4, do artigo 121.º do RJIGT do **Plano de Pormenor da praça dos Pescadores**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo mais intervenções ficou feita a tomada de conhecimento. -----

#### PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos da Candidatura "Equipamento para a Creche "Os Amendoinhas"**, no âmbito do Aviso n.º 16/C03-i01/2025: Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais, do PRR", pelo valor de 166.050€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24), Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Otelo Cabrita, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho,



Antonieta Dias, Dário Pereira, Nuno Cabrita, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, David Ferreira, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para a "Empreitada de Beneficiação de Ruas, Estradas e Caminhos no concelho de Albufeira 2025-2026"**, pelo valor base de 660.000€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24), Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Otelo Cabrita, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Nuno Cabrita, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, David Ferreira, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para a "Empreitada de Construção do cemitério de Ferreiras - Fase 1A"**, pelo valor de 1.501.068,07€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24), Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Otelo Cabrita, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Nuno Cabrita, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, David Ferreira, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

#### PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, bem como no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para “o Fornecimento Continuo de Materiais em Ferro Fundido e Saneamento de água e Saneamento”**, até ao limite de 499.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24), Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Otelo Cabrita, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Nuno Cabrita, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, David Ferreira, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

#### PONTO ONZE



Discussão e deliberação do Requerimento de Interposição de Recurso: **"Retirada indevida de ponto da ordem de trabalhos- proposta da Câmara Municipal relativa à transferência de verbas para as freguesias"**, apresentado pela Deputada Helena Simões; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Vou fazer uma pequena intervenção para dar a informação de que, foi enviado hoje aos senhores deputados um parecer que chegou da ANAM, relativamente a esta matéria. Tomei a liberdade de falar com o senhor Presidente da Câmara antes de fazer a convocatória para esta Assembleia e, colocar ao senhor Presidente da Câmara a vontade, da parte dele, de colocar este ponto novamente para discussão e votação. O senhor Presidente da Câmara, na altura disse que não era oportuno, que estaria a pensar em dar uma vista de olhos relativamente a este assunto. Como vai haver uma revisão na última sessão desta legislatura, será mais oportuno nessa sessão ou mesmo noutra colocar o ponto á discussão. O ponto não foi assim colocado, em virtude da intenção colocada por parte do Senhor Presidente. Já agora, e, para que fique registado, foi-me dado pelo senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferreiras, verbalmente, a informação de que teria havido um ofício da Junta de Freguesia de Ferreiras solicitando a alteração destes valores. Estou a colocar isto de uma forma muito elementar uma vez que não tive acesso a nenhum documento escrito."

Helena Simões: "As novidades ficam sempre para o fim, até temos recados por interposta pessoa do Presidente da Junta, que está de saída, de um lado para o outro, porque não sabe bem para que órgão é que vai, mas que na realidade ainda usa o expediente do partido em que ainda está, para fazer chegar a informação quando não teve a displicência de não aparecer cá hoje." -----

Presidente da Assembleia: "Senhora Deputada, não foi através do partido, foi através do Presidente, comunicou ao Presidente da Assembleia Municipal. Agradeço que respeite o órgão autárquico de que faz parte" -----

Helena Simões: "A introdução que fez, da conversa que teve com o Presidente Rolo, no sentido de incluir o ponto ou não na presente a ordem de trabalhos, eu recordo que o dito documento deveria ter dado entrada na DGAL até trinta de junho, como tal é preciso que todos tenhamos a noção de que aquela decisão que foi tomada aqui, à



revelia, face ao parecer irregular ou ilegal, entendamos o queiramos tem consequências, porque em dois mil e vinte e seis o dito reforço de verba para todas as juntas, quando assente em critérios objetivos, quando o relatório foi feito pelos serviços técnicos, não é um documento político, não foi o Presidente Rolo que decidiu atribuir mais a A ou a B, C ou D, não. Existe um relatório técnico realizado pelos serviços técnicos, como base nos todos os bancos, nas escolas, nos metros lineares, tudo está quantificado ao ínfimo pormenor, e à revelia o ponto foi retirado logo com isto, é política da terra queimada, como eu estou de saída da junta de freguesia das Ferreiras, sabe-se lá a tentar concorrer para a Câmara a dar um pulo e quem vem atrás que feche a porta. E, mesmo que o ponto viesse hoje aqui na ordem de trabalhos e, é isto que todos têm de ter noção, mesmo que o ponto viesse hoje só surtia efeito em dois mil e vinte e sete. Dito isto, eu acho que, foi de uma grande irresponsabilidade o que aconteceu naquela Assembleia, foi de uma grande irresponsabilidade que a Mesa aceitasse retirada do ponto e, com isso prejudicasse todas as Juntas, é que não houve uma que ficasse beneficiada, porque havia revisão de valor para todas. E eu pergunto assim, terá sido ingénuo, terá sido intencional? Terá havido um conluio, não terá havido? A certeza é só uma, a consequência para todos os fregueses, todos e dito isto eu pergunto assim, que a razão me assistia eu já sabia, agora a razão aqui morre solteira. Eu tenho um parecer elaborado, parece que voltámos aos primórdios, a primeira assembleia que se discutia participar aqui parecer para ali parecer para aqui para ser pago, mas na realidade, tenho parecer, para emoldurar, parece que voltamos aos primórdios, há primeira Assembleia que se discutia parecer para aqui, parecer para ali, mas na realidade tenho um parecer e digo assim: os fregueses ficam mal servidos à mesma, por isso, este Presidente, o futuro Presidente, só peço que criem uma assessoria técnica para que situações destas não voltem a acontecer e para que não estejamos aqui para o ano outra vez a discutir um banco, um sumidouro e, por causa disso, os fregueses é que saem prejudicados." -----

Presidente da Assembleia: "Relembra relativamente a esta questão que, como pode perceber, também pelo parecer que foi enviado, nada obsta em termos gerais, à questão da retirada do ponto da ordem de trabalhos. A senhora deputada alegou um facto que, não foi o facto, ao que o próprio parecer deu razão, veio por outra via, por uma via diferente e distinta, a senhora deputada alega que nesta circunstância este tema era um tema da reserva exclusiva da Câmara Municipal, assim não é, de facto. Há



aqui uma possibilidade que permite à junta de freguesia fazer uma proposta. Se ela foi feita, eu desconheço. Quanto à questão de conluíus, eu devo dizer que, tive conhecimento de toda esta situação, e do pedido que aconteceu aqui, somente nesta Assembleia quando o senhor presidente da junta de freguesia o colocou. Como em muitas outras circunstâncias, os pontos da ordem de trabalhos que são propostos para serem retirados, são votados e foi assim que aconteceu. Se o parecer manifesta, um determinado entendimento, poderá assim entender-se, mas estamos a falar de uma opinião que parte de uma premissa errada e não estamos a falar de legislação. Neste caso deixo à consideração da Assembleia esta questão de que se houve ou não, um ofício da Junta de Freguesia comunicando que não estava de acordo com a Câmara Municipal verificando-se assim que o processo está inquinado. Como regra, os pontos da ordem de trabalhos para serem retirados são votados e, é um facto que durante a proposta de retirada do ponto da ordem de trabalhos, não houve qualquer oposição. Houve um tempo para pensar no assunto e, para depois se deliberar. Tal como eu solicito à senhora deputada algum tempo para verificar e analisar o assunto com colegas ou peritos no assunto. Trata-se de uma matéria difícil porque a lei é muito ampla e não abarca todas as situações. O que se delibera aqui é com base em pareceres e esses pareceres tem muitas vezes opiniões contraditórias. Aliás o parecer emitiu algumas opiniões às quais não concordo. Eu defendo que, ao não ter havido uma proposta por parte da junta de freguesia, este processo devia ter sido votado, analisado e retirado. A retirada do ponto da ordem de trabalhos não é algo que esteja definido por lei, pelo que, a tomada de decisão foi feita em consciência. Porém outros entendimentos podem ser tidos em conta e eu darei razão á maioria. Porém na minha opinião neste caso, penso de forma distinta daquela que os senhores da ANAM apreciaram. Como se vê, a transparência foi total, coloquei o parecer à disposição de todos os senhores membros da Assembleia Municipal, para que pudessem analisar, discutir e pudessem verificar que as circunstâncias que foram apreciadas. Esta discussão enriqueceu a nossa Assembleia para que, no futuro, se possa saber que nestas circunstâncias, os senhores presidentes de junta têm todo o direito de, perante uma proposta que não foi comunicada às juntas de freguesia poderem fazer uma proposta à Câmara Municipal, que não pode alterá-la e que tem de a trazer à Assembleia Municipal exatamente como foi proposta pelas juntas de freguesia.



Portanto, tudo isto eu acho que nos enriquecem e nos traz também mais conhecimento relativamente a estas matérias." -----

Helena Simões: Obrigada pelas suas palavras, eu na altura referi e, volto a referir novamente, o ponto vem à Assembleia a pedido do proponente que é o executivo, logo só o executivo é que pode retirar, e diz no último parágrafo do parecer, diz: caso em que não é admissível a retirada desse ponto da ordem de trabalhos daquele órgão, que sobre ele tem o dever de se pronunciar, ou seja, se não de hoje para amanhã estamos aqui, a Câmara envia vinte pontos para debater, não nos agrada a semânticas, o valor, o ponto ou a virgula, e votamos retirar. Perdoe-me a franqueza, o seu entendimento não é o que vai de acordo com o parecer, agora até podemos aqui estar a noite toda a esgrimir argumentos, somos os dois da mesma poda e podemos estar aqui os dois a noite toda a esgrimir argumentos, mas agora a questão aqui que impera é, eu apresentei um recurso, na altura decidi não o votar porque sentia-se não estar preparado para, neste momento há parecer e eu pergunto, o que é que é preciso para colocar o ponto a votação e votar-se? Eu teci os meus comentários como proponente do recurso, o Presidente teceu os seus, mas temos um parecer, vamos decidir em conformidade ou não." -----

Presidente da Assembleia: "Senhora deputada, o parecer tem dois pontos da ordem de trabalhos, e estão ambos no mesmo parecer, mas são dois pontos completamente distintos. Porém lembrava que a senhora deputada não leu uma informação que diz: "como tal não se vislumbra concretamente quanto à retirada de pontos da ordem do dia nenhuma limitação, devendo, contudo, tal decisão ser procedida de votação imediata e como tal tomada nos termos legais e regimentais, com respeito pelas maiorias exigidas". E depois diz também, que o argumento que a senhora deputada invocou não é o argumento que faz com que este parecer venha no sentido de que o ponto tenha de ser votado. Portanto, estamos aqui realmente a esgrimir argumentos que vão dar ao mesmo fim, ao mesmo objetivo, mas é conveniente perceber quais são os argumentos para, neste caso concreto, se votar. Os argumentos aqui serão os de que não houve, ou houve e, aí desconheço alguma apreciação ou ofício por parte da Junta de Freguesia, no sentido de que não estava de acordo. Uma coisa é certa, não é reserva exclusiva da Câmara Municipal, que vai fazer com que este ponto tenha de ser votado e não podia ser retirado. Muitos pontos já foram retirados, mesmo sendo propostos pela Câmara



Municipal, só em três ou quatro situações é que efetivamente a Assembleia Municipal não pode retirar esses pontos, os quais estão definidos por lei.” -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: “Boa noite a todos, em relação a este ponto, destas negociações ou não, foi aqui falado que as juntas vão ficar prejudicadas. Nós já estamos a ser prejudicados há algum tempo e, nós aqui nestas Assembleias, temos vindo a falar que, a nível de verbas, a última negociação, se não estou em erro, foi em dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete e, de lá para cá, durante este mandato, temos vindo a pedir novas negociações e, nada tem sido feito. Este ponto que veio à Assembleia, veio sem nós termos sido ouvidos novamente. E, aquilo que nós estamos constantemente a pedir é que, haja negociações, que nós sejamos ouvidos, para dizermos o que está mal e o que necessitamos para a nossa freguesia. É uma coisa simples, eu não sou da vossa poda, não sou advogado, sou de educação física e desporto, mas, o que a lei diz, é que, tem de existir uma negociação. Depois essa negociação é enviada para a Assembleia, caso haja depois da parte da junta aceitação ou não, nós depois fazemos uma contraproposta, é assim que funciona a lei.” -----

Presidente da Assembleia: “Sendo assim, vou pôr à votação, o ponto dois deste parecer, relativamente a esta matéria, mas iria pôr sempre também sob condição de que, se efetivamente houve um pedido por parte das Juntas de Freguesias, neste caso da Junta de Freguesia de Ferreiras, solicitando que houvesse negociações ou que houvesse uma alteração, então aí o parecer parte de uma premissa errada. De qualquer das maneiras, eu concordo que, se não houve esse pedido de alteração, então nesse caso concreto o ponto da ordem de trabalhos não poderia ser retirado, não por ser reserva exclusiva, mas porque não houve um pedido de alteração dessas circunstâncias. Portanto, eu punha à votação nestas situações, que votassem o ponto onze da ordem de trabalhos.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: seis (06) Otelso Cabrita, Domingos Coelho, Sílvia Dias, André Lima, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Abstenções: seis (06) Francisco Oliveira, Mónica Coimbra, Antonieta Dias, Carla Vieira, Nuno Cabrita e Carla Madeira. -----



Votos a favor: doze (12), Adriano Ferrão, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, David Ferreira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Mas como já foi dito aqui que, o Senhor Presidente está na disposição de negociar connosco, e que esta verba só iria depois ser incluída no orçamento de dois mil e vinte e sete, acho que até lá faz todo o sentido, não colocar o ponto na ordem do dia e haver negociações para debatermos esse aumento de verba." -----

Helena Simões: "Por muito que eu entenda a premissa e, eu própria referia a premissa de que o efeito prático só virá em dois mil e vinte e sete, eu acho que é importante haver consequências políticas das ações das pessoas e a realidade é que as ações que foram tomadas naquela Assembleia e, que impactaram todas as freguesias. Não podem ficar impunes e, a única maneira de não ficarem impunes é ter havido este recurso, ter vindo este parecer. Isto é uma declaração de voto, o Presidente da junta disse que o efeito prático, uma vez que é em dois mil e vinte e sete, e eu estou a dizer que o efeito prático, a questão como eu referi há bocado é ficar com uma decisão, uma deliberação, com um parecer que será para emoldurar, cujo efeito prático será nenhum, porque teria de ter entrado na DGAL até trinta de junho, mas eu entendo que as nossas ações têm que ter consequências e é preciso que se percecione que aquela deliberação que foi tomada naquele dia de retirada de um ponto impactou todas as juntas, motivo pelo qual eu acho que é importante a votação e esta deliberação, ainda que o efeito prático seja nulo." -----

Domingos Coelho: "Segundo o parecer e, isto não é da minha poda, parece que diz lá que teria de haver um diálogo anterior à apresentação aqui desse ponto. Ora, se temos de pedir responsabilidades, então as responsabilidades estão também lá atrás, porque no processo que se desenvolveu, as Juntas não foram chamadas a novo diálogo. Portanto, se não houve diálogo esse ponto não devia ter sido inscrito, porque essa parte não foi cumprida." -----

Presidente da Assembleia: "Eu só relembro à senhora deputada uma questão muito importante. Temos de recordar que, desde há muito tempo, há cerca de vinte e oito anos que a Junta de Freguesia de Ferreiras, não recebe aquilo que devia de receber, para ser recebido de forma injusta pela Junta de Freguesia de Albufeira." -----

Helena Simões: "Eu tenho estado a tentar ser contida, mas vamos ver se eu consigo perceber. Há bocado, na qualidade de Presidente da Assembleia trouxe o recado do Presidente da Junta, que houve uma proposta que não foi atendida pelo executivo e agora volvida a discussão toda, estamos a discutir parte do problema que nem sequer é



da autarquia, também é das finanças, dos limites de uma freguesia e, o início da outra. Presidente, só estamos aqui a tentar levar estes dois pontos até ao fim, para que consigamos repor alguma legalidade daquela que se tem vindo a perder nos últimos tempos." -----

Raul Ferreira: "Eu estou aqui perdido no meio desta conversa, desta discussão, primeiro não sei qual é o ponto da ordem de trabalhos que estamos a falar. Penso que já foi votado o ponto onze, então o que é que estamos a falar neste momento? Eu acho que temos de chegar aqui a um fim, já votámos, já decidimos passamos à frente, não vamos estar aqui tempos infinitos a discutir o sexo dos anjos. Já chega." -----

**Uma vez chegada as vinte e duas horas e trinta minutos o Presidente da Assembleia colocou à votação a continuação dos trabalhos, que foi aprovado por maioria.** -----

### PONTO DOZE

Discussão e deliberação do Requerimento de Interposição de Recurso: "**Recurso da decisão de V.exa. que concedeu a palavra, ao abrigo da defesa da honra, a vereador municipal, por factos externos à sessão da Assembleia**", apresentado pela Deputada Helena Simões; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia:" Relativamente a este ponto, devo dizer que, na própria Assembleia eu fiz referência à necessidade do senhor vereador se cingir à defesa da honra. Os senhores podem entender como queiram, mas eu não fazia ideia do que o senhor vereador iria falar. Aliás, a própria Assembleia não fazia ideia, lembro-me de uma expressão do senhor deputado Quintino, quando disse, "mas eu pensava que era sobre um assunto da escola que tinha sido trazido numa sessão atrás". Mas há uma situação que também é importante, é que, não me é dada a possibilidade de eu cortar a palavra a quem esta a defender a honra, não o posso fazer e, a lei não o permite. Mas por via de pareceres e informações, para que isso aconteça, tem de estar no regimento e, não está no Regimento. Está no Regimento da Câmara Municipal de Lisboa e, eu tive de ouvir até ao fim o senhor vereador, para que depois os senhores deputados pudessem contradizer e contrapor e, apresentar o recurso que apresentaram. Relativamente a esta matéria, depois de ter analisado, reconheço que, o senhor vereador não só excedeu e, na verdade não veio aqui fazer uma defesa da honra, veio fazer uma reclamação à Assembleia Municipal, para que junto da Câmara Municipal



tentasse saber o que se está a passar. E, de facto, é essa a questão que leva a que este parecer assim delibere. Mas deixem-me acrescentar outra coisa, que é extremamente importante, vejo a senhora deputada está preocupada com a questão do escrutínio da Assembleia Municipal, mas, infelizmente, não a vejo preocupada com a função para a qual foi eleita, que deveria ser a da fiscalização do executivo. E a fiscalização do executivo passa por fornecer ao senhor vereador todas e quaisquer informações que ele possa pedir, isto é a violação da lei e, o executivo não está a fornecer a informação que devia fornecer por força de lei. Estamos aqui a tratar do assunto relativamente a esta questão, já agora, porque o próprio parecer também assim o refere. Uma coisa é o parecer que nós estamos aqui a discutir outra coisa é a lei. A lei foi violada, porém não vejo a senhora deputada colocar aqui esta questão." -----

Helena Simões: "O Presidente hoje, qual é a função que está a assumir? É porque eu já ouvi trazer recados do Presidente da Junta de Freguesia das Ferreiras, já o ouvi a acusar o executivo de não cumprir a lei, já o ouvi a acusar-me a mim de não exercer as minhas funções fiscalizadoras. Eu gostaria que isso ficasse transcrito em ata, exatamente essa acusação e, agora pergunto-lhe concretamente qual é a função que está a desempenhar hoje? Porque o ponto é muito simples, é o coletivo que tem que decidir, o Presidente não tem que estar a fazer um introito, a dar uma opinião acerca do meu recurso, acerca do parecer da ANAM, acerca de um colega com quem falou na hora do almoço, o parecer é bastante claro, o que ele disse tem que se constar como não dito, porque foi fora do fórum próprio para o efeito, porque o mesmo tem mecanismos legais, mecanismos legais para, na eventualidade de não estar a ser cumprida a lei para exercer o seu direito. Não é aqui o fórum, por isso, eu pergunto-lhe, qual é a sua função aqui hoje, porque a única coisa que nós estamos aqui a chamar a atenção e chamamos a atenção no próprio dia, mas não obstante no próprio dia não ter ouvido, parece-me a mim que neste momento, está novamente a cometer o mesmo erro que já cometeu há bocado, que é para frasear o vereador, já que o vereador não pode intervir, eu sou presidente da Assembleia eu peço intervir e posso dizer que afinal a lei não está a ser cumprida. Na prática já não precisa de vir cá o vereador defender a honra porque o presidente da Assembleia está a fazer por ele. Eu vou pedir que coloque o ponto a votação, se assim for decidido que seja extraído, passe a não estar dito porque, sinceramente, eu já percebi que esta conversa não vai chegar a lado nenhum, porque a partir do momento que um presidente da Assembleia que é suposto



ser isento, a partir do momento e do dia que é eleito não tem cor partidária, mesma maneira que eu para fiscalizar o executivo, tal como há bocado intervirm em relação à vereadora, tal como há bocado intervirm em relação ao gabinete da juventude, eu não tenho cor política, a minha cor política é Albufeira, por isso eu gostaria que no primeiro dia que você entrou por esta porta com presidente da Assembleia tivesse feito o mesmo, mas só não o fez como continua a não fazer. O Presidente da Assembleia não tem que tomar partidos, não tem de tomar partidarismos de A, B, C ou D, muito menos veicular o sentimento que o vereador em funções tem acerca da forma como o executivo o está a tratar." -----

Raul Ferreira: "Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, dirijo-me a si, com enorme respeito quer pessoal, quer enquanto presidente da Assembleia e, permita-me discordar da sua opinião, no que diz respeito à Assembleia em que o senhor vereador Vítor Ferraz fez aqui aquela intervenção, podia ter-lhe interrompido. Porque era notório que não estava em defesa da honra, só não pode interromper a pessoa que está em defesa da honra, e no decorrer da intervenção do senhor vereador, era notório que não havia ali defesa da honra, portanto, esse pressuposto que não pode interromper quando se está a defender a honra cai por terra, uma vez que ele não estava a defender a honra. Quando à questão do parecer, penso que o parecer é muito claro, não tenho grandes dúvidas quanto ao seu conteúdo, nós que somos de formação em direito e advogados conseguimos até parecer o branco em escuro, mas este parecer é muito claro, o que temos aqui é efetivamente não houve defesa da honra e o ponto tem essas consequências, tem de ser retirado da ata, uma vez que não houve cumprimento da legalidade. Não há aqui grande discussão e acho que não vale a pena estarmos aqui a discutir, mais uma vez, o sexo dos anjos." -----

Domingos Coelho: "É curioso que a bancada que mais reivindicou a defesa da honra foi a bancada do PSD, e o deputado ou deputada que mais reivindicou a defesa da honra foi a deputada Helena Palhota, da qual às vezes eu discordei, se aquilo era ou não defesa da honra, portanto, já cheguei à conclusão de que a lei tanto é branca como é preta, como acabaram agora de dizer. A partir daí, temos todos razão, isso é obvio, é consultar todas as atas desde há quatro anos para cá e, ver quem é que mais reivindicou a defesa da honra e se calhar nem todos os presentes estavam de acordo que aquilo fosse defesa da honra, pelo menos comigo isso aconteceu. Por outro lado, não vejo onde é que o Presidente da Assembleia sofreu de partidarite, o que me



parece é que alguma informação que deu foi informação para que a Assembleia tivesse outros dados para poder avaliar. Agora, chegamos ao fim de quatro anos tal como começamos, parece conflito pessoal o que está aqui, afinal parece que se somos todos da mesma poda, qual a poda melhor." -----

Carla Vieira: "Boa noite a todos, efetivamente e objetivamente a intervenção do vereador Vítor Ferraz, na penúltima sessão, não foi no exercício do seu direito de defesa da honra. Contudo, a bancada do Albufeira Prometida entende que, solicitada a intervenção no período do público, antes da ordem do dia, foi no sentido de pedir à Assembleia, no exercício das suas competências fiscalizadoras, que questionasse o executivo a razão pela qual não foi implementada a alteração das licenças especiais de ruído previamente aprovadas por unanimidade em reunião de câmara, salvo erro em outubro de dois mil e vinte e quatro. Importa sublinhar que o regulamento da Assembleia Municipal não proíbe a intervenção de um vereador, um vereador para além do cargo que ocupa, é também um cidadão com o direito de solicitar o uso da palavra, designadamente, para expor situações que não sejam do conhecimento da Assembleia, consideramos que este assunto e esta questão é do interesse público, que a Assembleia tem o dever e a obrigação de solicitar junto do executivo a razão pela qual estas deliberações não foram executadas. E, agora vou usar aqui uma expressão que a minha colega, membro da Assembleia e de profissão usou, temos de retirar consequências políticas, temos de retirar consequências políticas, meus senhores, muito obrigado." --

Presidente da Assembleia: "Queria só esclarecer, que relativamente ao parecer e a esta questão, foi algo que eu já tinha referido. aqui duas ou três circunstâncias que, me parecem que, extravasam aquilo que se tem passado durante o nosso mandato. Diz o parecer: "ocorram na própria sessão", já ocorreram defesas da honra em sessões anteriores em que, ou os deputados não estavam ou não quiseram fazer e, fizeram-no no decurso da sessão posterior. Acontece também que, já foram aqui objeto de defesa da honra, questões que não foram abordadas na Assembleia Municipal. Foram através das redes sociais e de outras circunstâncias em que os mesmos se sentiram ofendidos e, que vieram defender a sua honra. Acho que devemos ter em atenção a aprovação deste parecer e, eu até deixaria como sinal para um próximo regimento, a ser elaborado pelos membros que vão ser eleitos na próxima assembleia municipal, para que definam com maior clareza estes conceitos e as formas como podem ser exercidos. Respondendo ao senhor deputado Raúl Ferreira, eu não tenho capacidade



relativamente á defesa da honra tenho de ouvir até ao fim para perceber se o posso fazer ou não. Eu, propunha fazer esta votação em alternativa, deste ponto doze, ou seja, o parecer exatamente como está, e isto implica ter-se por não dito o que o senhor vereador disse naquela Assembleia, ou o parecer com estas questões que eu acabei, de falar relativamente às matérias que aqui foram levantadas sobre a possibilidade de poderem os membros da Assembleia Municipal fazer a defesa da honra noutras sessões que não aquela em que ocorreram sobre factos e, sobre factos que possam ter conhecimento fora desta Assembleia. Era esta a proposta em alternativa." -----

Helena Simões: "O que está a propor é uma alteração ao Regimento e, aquilo que nós temos neste momento, o ponto doze é a votação do recurso. O parecer é apenas material de estudo, auxiliar, cada um vota em consciência com o meu recurso. Não estamos a votar o parecer." -----

Presidente da Assembleia: "A questão relativamente a esta matéria é porque o parecer em si não dá razão à senhora deputada, pelos argumentos que utilizou, mas vamos votar o recurso." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: nove (09) Francisco Oliveira, Otelso Cabrita, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Sílvia Dias, Carla Vieira, André Lima, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Abstenções: três (03) Nuno Cabrita, Antonieta Dias e Carla Madeira. -----

Votos a favor: doze (12), Adriano Ferrão, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, David Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

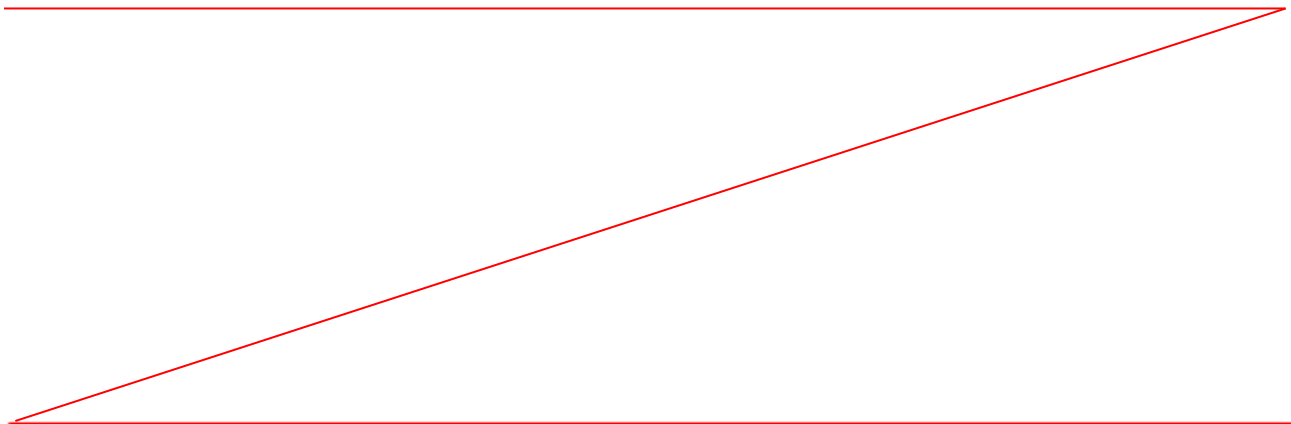


Albufeira, 8 de setembro de 2025 -----

-----  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

-----  
A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

-----  
O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_



Doc. n.º 1















































